

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	9
DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	10
Demonstração do Valor Adicionado	11

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa	17

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	18
DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	19
Demonstração do Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	33
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	84
---	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva - Sem Ressalva - Sem Ressalva - Sem Ressalva	86
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	88
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	89
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	90

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2011</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	545.913.520
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>545.913.520</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	1.766.466
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>1.766.466</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Reunião do Conselho de Administração	09/02/2011	Juros sobre Capital Próprio	31/03/2011	Ordinária		0,00530
Reunião do Conselho de Administração	09/02/2011	Dividendo	31/03/2011	Ordinária		0,61090

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
1	Ativo Total	3.897.926	3.666.710
1.01	Ativo Circulante	2.528.811	2.480.267
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	210.889	221.542
1.01.03	Contas a Receber	2.317.922	2.258.725
1.01.03.01	Clientes	2.292.212	2.192.915
1.01.03.01.01	Contas a Receber Operacionais	2.292.212	2.192.915
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	25.710	65.810
1.01.03.02.01	Contas a Receber Controlada	153	165
1.01.03.02.02	Impostos Antecipados a Recuperar	237	441
1.01.03.02.03	Outros Valores a Receber	17.736	17.440
1.01.03.02.04	Direitos a Receber - Securitização no Exterior	0	42.027
1.01.03.02.05	Juros pagos antecipadamente - securitização no exterior	0	956
1.01.03.02.06	Despesas contas antecipadamente	7.584	4.781
1.02	Ativo Não Circulante	1.369.115	1.186.443
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	803.557	713.647
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	528.614	468.323
1.02.01.01.04	Depósitos Judiciais	527.948	467.245
1.02.01.01.05	Outros Valores a Receber	666	1.078
1.02.01.06	Tributos Diferidos	274.943	245.324
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	274.943	245.324
1.02.02	Investimentos	166.483	76.088
1.02.02.01	Participações Societárias	166.483	76.088
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	0	44.253
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	0	31.835
1.02.03	Imobilizado	343.935	346.498
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	343.935	346.498
1.02.04	Intangível	55.140	50.210
1.02.04.01	Intangíveis	55.140	50.210
1.02.04.01.02	Ágio na aquisição de investimentos	10.143	10.143
1.02.04.01.03	Outros intangíveis	44.997	40.067

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2	Passivo Total	3.897.926	3.666.710
2.01	Passivo Circulante	2.018.663	1.986.377
2.01.02	Fornecedores	1.740.300	1.314.315
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.740.300	1.314.315
2.01.02.01.01	Contas a pagar a estabelecimentos	1.559.742	1.168.440
2.01.02.01.02	Fornecedores	180.558	145.875
2.01.03	Obrigações Fiscais	206.798	405.351
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	206.798	405.351
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições a recolher	206.798	405.351
2.01.05	Outras Obrigações	71.565	266.711
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	10.523	25.946
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	10.523	25.946
2.01.05.02	Outros	61.042	240.765
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	117.958
2.01.05.02.04	Obrigações a Pagar - Securitização no exterior	0	42.003
2.01.05.02.05	Juros a pagar - Securitização no exterior	0	956
2.01.05.02.06	Outras obrigações	61.042	79.848
2.02	Passivo Não Circulante	563.962	500.552
2.02.02	Outras Obrigações	8.653	5.452
2.02.02.02	Outros	8.653	5.452
2.02.04	Provisões	555.309	495.100
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	555.309	495.100
2.02.04.01.05	Provisões para Riscos	555.309	495.100
2.03	Patrimônio Líquido	1.315.301	1.179.781
2.03.01	Capital Social Realizado	263.836	100.000
2.03.02	Reservas de Capital	22.300	14.709
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-67.571	-68.823
2.03.02.07	Reserva de Capital	89.871	83.532
2.03.04	Reservas de Lucros	1.029.165	1.065.072

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	944.285	1.873.974	963.540	1.910.297
3.01.01	Receita de Comissões	754.985	1.491.484	741.295	1.474.654
3.01.02	Receita de Aluguel	264.863	533.031	303.834	598.029
3.01.03	Receita de prestação de serviços	30.659	59.315	26.528	50.777
3.01.04	Impostos sobre serviços	-106.222	-209.856	-108.117	-213.163
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-302.497	-578.505	-247.744	-490.394
3.03	Resultado Bruto	641.788	1.295.469	715.796	1.419.903
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-122.490	-265.188	-105.261	-216.582
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-122.490	-265.188	-105.261	-216.582
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-71.258	-140.238	-42.141	-93.903
3.04.02.02	Despesas com Pessoal	-28.457	-58.134	-26.511	-53.601
3.04.02.04	Marketing	-21.511	-57.473	-35.916	-57.384
3.04.02.05	Outras Despesas Operacionais, líquidas	-2.590	-10.737	-2.190	-4.615
3.04.02.06	Equivalência Patrimonial	1.326	1.394	1.497	-7.079
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	519.298	1.030.281	610.535	1.203.321
3.06	Resultado Financeiro	118.250	236.978	76.737	162.383
3.06.01	Receitas Financeiras	143.501	271.080	85.614	177.116
3.06.01.01	Receitas Financeiras	6.323	15.843	6.641	30.553
3.06.01.02	Antecipação de recebíveis	137.684	258.512	102.823	170.351
3.06.01.03	Despesas de ajuste a valor presente	-1.556	-5.272	-23.988	-24.485
3.06.01.04	Variação cambial, líquida	1.050	1.997	138	697
3.06.02	Despesas Financeiras	-25.251	-34.102	-8.877	-14.733
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-25.251	-34.102	-8.877	-14.733
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	637.548	1.267.259	687.272	1.365.704
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-213.971	-419.027	-229.552	-467.771
3.08.01	Corrente	-225.955	-448.646	-238.894	-478.150
3.08.02	Diferido	11.984	29.619	9.342	10.379
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	423.577	848.232	457.720	897.933

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	423.577	848.232	457.720	897.933
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,77840	1,55880	0,84140	1,65050
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,77770	1,55730	0,84080	1,64950

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	423.577	848.232	457.720	897.933
4.03	Resultado Abrangente do Período	423.577	848.232	457.720	897.933

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.032.645	540.410
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.466.955	1.588.057
6.01.01.01	Lucro antes do IR e da CS	1.267.259	1.365.704
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	106.268	89.742
6.01.01.03	Provisão para perda c/ Imob. Intang. liq.	2.223	3.916
6.01.01.04	Custo Resid. Imob. Intang Baixa/Alienado	6.429	2.337
6.01.01.05	Opções de ações outorgadas	6.339	5.230
6.01.01.08	Perda com aluguel de equipamentos	14.350	7.963
6.01.01.09	Provisão para riscos	60.209	47.512
6.01.01.10	Ajuste a valor presente contas a receber	5.272	58.574
6.01.01.11	Equivalência Patrimonial	-1.394	7.079
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	203.206	-419.820
6.01.02.01	Contas a receber operacional	-104.568	-550.496
6.01.02.02	Contas a receber Controlada	12	2.207
6.01.02.03	Impostos antecipados e a recuperar	204	-753
6.01.02.04	Outros valores a receber (circ/não circulante)	43.099	75.717
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	-60.703	-67.216
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	-2.803	-973
6.01.02.07	Contas a pagar estabelecimentos	376.952	203.231
6.01.02.08	Fornecedores	34.683	8.075
6.01.02.09	Impostos e contribuições a recolher	-9.683	-1.909
6.01.02.10	Contas a pagar controlada	-15.423	-505
6.01.02.11	Outras obrigações (circ. / não circulante)	-58.564	-86.980
6.01.02.12	Provisão para riscos (circ. / não circulante)	0	-218
6.01.03	Outros	-637.516	-627.827
6.01.03.01	Juros recebidos	1.596	6.478
6.01.03.02	Juros pagos	-1.596	-6.478
6.01.03.03	IR e CS pagos	-637.516	-627.827
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-206.289	-136.199
6.02.01	Aumento de capital em controladas	-89.001	-16.049
6.02.03	Adições ao imobilizado e intangível	-117.288	-120.150
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-837.009	-721.882
6.03.04	Ações em Tesouraria	0	-3.001
6.03.05	Dividendos e juros s/ capital prop. pagos	-838.261	-718.881
6.03.07	Opções de Ações exercidas	1.252	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-10.653	-317.671
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	221.542	510.242
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	210.889	192.571

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	100.000	14.709	1.065.072	0	0	1.179.781
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	100.000	14.709	1.065.072	0	0	1.179.781
5.04	Transações de Capital com os Sócios	163.836	7.591	-884.139	0	0	-712.712
5.04.01	Aumentos de Capital	163.836	0	-163.836	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	6.339	0	0	0	6.339
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	1.252	0	0	0	1.252
5.04.06	Dividendos	0	0	-720.303	0	0	-720.303
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	848.232	0	0	848.232
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	848.232	0	0	848.232
5.07	Saldos Finais	263.836	22.300	1.029.165	0	0	1.315.301

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	75.379	3.077	781.973	0	0	860.429
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	75.379	3.077	781.973	0	0	860.429
5.04	Transações de Capital com os Sócios	24.621	2.229	-638.137	0	0	-611.287
5.04.01	Aumentos de Capital	24.621	0	-24.621	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	5.230	0	0	0	5.230
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-3.001	0	0	0	-3.001
5.04.06	Dividendos	0	0	-603.775	0	0	-603.775
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-9.741	0	0	-9.741
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	897.933	0	0	897.933
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	897.933	0	0	897.933
5.07	Saldos Finais	100.000	5.306	1.041.769	0	0	1.147.075

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
7.01	Receitas	2.069.480	2.115.497
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.083.830	2.123.460
7.01.02	Outras Receitas	-14.350	-7.963
7.01.02.01	Perdas com aluguel de equipamentos	-14.350	-7.963
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-620.066	-503.966
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-429.611	-359.352
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-194.067	-147.962
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	547	-5.158
7.02.04	Outros	3.065	8.506
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.449.414	1.611.531
7.04	Retenções	-106.268	-89.742
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-106.268	-89.742
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.343.146	1.521.789
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	272.474	170.037
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.394	-7.079
7.06.02	Receitas Financeiras	271.080	177.116
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.615.620	1.691.826
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.615.620	1.691.826
7.08.01	Pessoal	89.693	83.923
7.08.01.01	Remuneração Direta	58.162	56.965
7.08.01.02	Benefícios	26.639	22.957
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.892	4.001
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	640.967	692.792
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	36.728	17.178
7.08.03.01	Juros	34.101	14.734
7.08.03.02	Aluguéis	2.627	2.444
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	848.232	897.933
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	848.232	897.933

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
1	Ativo Total	4.037.806	3.771.406
1.01	Ativo Circulante	2.629.519	2.536.321
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	253.050	250.603
1.01.03	Contas a Receber	2.376.469	2.285.718
1.01.03.01	Clientes	2.336.697	2.210.282
1.01.03.01.01	Contas a Receber Operacionais	2.336.697	2.210.282
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	39.772	75.436
1.01.03.02.01	Impostos Antecipados e a recuperar	3.534	2.710
1.01.03.02.02	Outros Valores a Receber	28.329	24.892
1.01.03.02.03	Direitos a Receber - securitização no exterior	0	42.027
1.01.03.02.04	Juros pagos antecipadamente - securitização no exterior	0	956
1.01.03.02.05	Despesas pagas antecipadamente	7.909	4.851
1.02	Ativo Não Circulante	1.408.287	1.235.085
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	835.665	745.510
1.02.01.03	Contas a Receber	727	1.090
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	727	1.090
1.02.01.06	Tributos Diferidos	284.436	255.216
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	284.436	255.216
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	550.502	489.204
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	550.502	489.204
1.02.03	Imobilizado	357.216	360.290
1.02.04	Intangível	215.406	129.285
1.02.04.01	Intangíveis	215.406	129.285
1.02.04.01.02	Ágio na aquisição de Investimentos	86.931	53.779
1.02.04.01.03	Outros intangíveis	128.475	75.506

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2	Passivo Total	4.037.806	3.771.406
2.01	Passivo Circulante	2.082.731	2.016.357
2.01.02	Fornecedores	1.790.038	1.349.201
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.790.038	1.349.201
2.01.02.01.01	Contas a pagar a estabelecimentos	1.559.742	1.168.440
2.01.02.01.02	Fornecedores	230.296	180.761
2.01.03	Obrigações Fiscais	211.487	409.042
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	211.487	409.042
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições a recolher	211.487	409.042
2.01.05	Outras Obrigações	81.206	258.114
2.01.05.02	Outros	81.206	258.114
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	117.958
2.01.05.02.04	Obrigações a Pagar - securitização no Exterior	0	42.003
2.01.05.02.05	Juros Rec Antecipadamente - securitização no Exterior	0	956
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	81.206	97.197
2.02	Passivo Não Circulante	625.615	560.798
2.02.02	Outras Obrigações	34.279	31.586
2.02.02.02	Outros	34.279	31.586
2.02.02.02.04	Outras obrigações	34.279	31.586
2.02.03	Tributos Diferidos	5.165	5.579
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.165	5.579
2.02.04	Provisões	586.171	523.633
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	586.171	523.633
2.02.04.01.05	Provisão para Riscos	586.171	523.633
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.329.460	1.194.251
2.03.01	Capital Social Realizado	263.836	100.000
2.03.02	Reservas de Capital	22.300	14.709
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-67.571	-68.823
2.03.02.07	Reservas de Capital	89.871	83.532
2.03.04	Reservas de Lucros	1.029.165	1.065.072
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	14.159	14.470

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	983.138	1.948.143	970.090	1.923.199
3.01.01	Receita de comissões	754.879	1.489.933	741.295	1.474.654
3.01.02	Receita de aluguel	265.092	533.483	304.101	598.622
3.01.03	Receita de prestação de serviços	77.674	150.055	36.250	69.905
3.01.04	Impostos sobre serviços	-114.507	-225.328	-111.556	-219.982
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-342.387	-653.880	-257.459	-509.117
3.03	Resultado Bruto	640.751	1.294.263	712.631	1.414.082
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-119.171	-259.089	-102.573	-201.819
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-119.171	-259.089	-102.573	-201.819
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-46.378	-95.828	-27.504	-66.469
3.04.02.02	Despesas com pessoal	-49.122	-93.513	-37.812	-74.483
3.04.02.03	Marketing	-21.542	-57.561	-35.963	-57.467
3.04.02.04	Outras (despesas) receitas operacionais	-2.129	-12.187	-1.294	-3.400
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	521.580	1.035.174	610.058	1.212.263
3.06	Resultado Financeiro	118.844	237.819	77.105	156.802
3.06.01	Receitas Financeiras	144.272	272.475	86.043	177.974
3.06.01.01	Receitas Financeiras	7.094	17.238	7.070	31.411
3.06.01.02	Receita com Antecipação de Recebíveis	137.684	258.512	102.823	170.351
3.06.01.03	Despesas de ajuste a valor presente	-1.556	-5.272	-23.988	-24.485
3.06.01.04	Variação cambial, líquida	1.050	1.997	138	697
3.06.02	Despesas Financeiras	-25.428	-34.656	-8.938	-21.172
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-25.428	-34.656	-8.938	-21.172
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	640.424	1.272.993	687.163	1.369.065
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-215.478	-422.777	-229.443	-471.132
3.08.01	Corrente	-228.262	-452.215	-238.950	-478.150
3.08.02	Diferido	12.784	29.438	9.507	7.018
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	424.946	850.216	457.720	897.933
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	424.946	850.216	457.720	897.933

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	424.946	850.216	457.720	897.933
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,78090	1,56250	0,84140	1,65050
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,78020	1,56100	0,84080	1,64950

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	424.946	850.216	457.720	897.933
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	424.946	850.216	457.720	897.933
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	423.578	848.232	457.720	897.933
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.368	1.984	0	0

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.046.988	540.713
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.483.400	1.589.946
6.01.01.01	Lucro Antes do IR e da CS	1.272.993	1.369.065
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	112.384	90.819
6.01.01.03	Provisão para Perda c/ Imob. e Intang. liq.	2.223	3.916
6.01.01.04	Custo Resid. Imob. Intang. Baixa/Alienado	6.998	2.496
6.01.01.06	Opções de ações outorgadas	6.339	5.230
6.01.01.08	Baixas de outros investimentos	0	202
6.01.01.10	Perda com aluguel de equipamentos	14.350	7.963
6.01.01.11	Provisão para riscos	62.841	51.681
6.01.01.12	Ajuste a valor presente contas a receber	5.272	58.574
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	204.545	-422.833
6.01.02.01	Contas a receber operacional	-126.063	-550.257
6.01.02.02	Impostos antecipados e a recuperar	139	-2.855
6.01.02.04	Outros valores a receber (circ. / não circulante)	41.809	80.980
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-61.292	-67.102
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	-3.056	-1.016
6.01.02.07	Contas a pagar estabelecimentos	376.952	203.231
6.01.02.08	Fornecedores	41.903	8.972
6.01.02.09	Impostos e contribuições a recolher	-9.043	-1.904
6.01.02.10	Outras obrigações (circ. / não circulante)	-56.804	-92.664
6.01.02.11	Provisão para riscos (circ. / não circulante)	0	-218
6.01.03	Outros	-640.957	-626.400
6.01.03.01	Juros recebidos	1.596	6.478
6.01.03.02	Juros pagos	-1.596	-6.478
6.01.03.03	IR e CS pagos	-640.957	-626.400
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-207.532	-122.070
6.02.01	Aumento de capital em controladas	-42.000	0
6.02.02	Aquisição de participação em "Joint Venture"	-47.000	0
6.02.04	Adições ao imobilizado e intangível	-118.532	-122.070
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-837.009	-721.882
6.03.02	Ações em Tesouraria	0	-3.001
6.03.05	Dividendos e juros s/capital prop. pagos	-838.261	-718.881
6.03.07	Opções de Ações exercidas	1.252	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.447	-303.239
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	250.603	514.280
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	253.050	211.041

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	100.000	14.709	1.065.072	0	0	1.179.781	14.470	1.194.251
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	100.000	14.709	1.065.072	0	0	1.179.781	14.470	1.194.251
5.04	Transações de Capital com os Sócios	163.836	7.591	-884.139	0	0	-712.712	-2.295	-715.007
5.04.01	Aumentos de Capital	163.836	0	-163.836	0	0	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	6.339	0	0	0	6.339	0	6.339
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	1.252	0	0	0	1.252	0	1.252
5.04.06	Dividendos	0	0	-720.303	0	0	-720.303	0	-720.303
5.04.08	Efeito dos acionistas não controladores sobre entidades consolidadas	0	0	0	0	0	0	-2.295	-2.295
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	848.232	0	0	848.232	1.984	850.216
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	848.232	0	0	848.232	1.984	850.216
5.07	Saldos Finais	263.836	22.300	1.029.165	0	0	1.315.301	14.159	1.329.460

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	75.379	3.077	781.973	0	0	860.429	0	860.429
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	75.379	3.077	781.973	0	0	860.429	0	860.429
5.04	Transações de Capital com os Sócios	24.621	2.229	-638.137	0	0	-611.287	0	-611.287
5.04.01	Aumentos de Capital	24.621	0	-24.621	0	0	0	0	0
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	-3.001	0	0	0	-3.001	0	-3.001
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	5.230	0	0	0	5.230	0	5.230
5.04.06	Dividendos	0	0	-603.775	0	0	-603.775	0	-603.775
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-9.741	0	0	-9.741	0	-9.741
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	897.933	0	0	897.933	0	897.933
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	897.933	0	0	897.933	0	897.933
5.07	Saldos Finais	100.000	5.306	1.041.769	0	0	1.147.075	0	1.147.075

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
7.01	Receitas	2.159.121	2.135.217
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.173.471	2.143.180
7.01.02	Outras Receitas	-14.350	-7.963
7.01.02.01	Perdas com aluguel de equipamentos	-14.350	-7.963
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-630.013	-485.356
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-484.522	-371.042
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-146.837	-118.877
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	547	-5.158
7.02.04	Outros	799	9.721
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.529.108	1.649.861
7.04	Retenções	-112.384	-90.819
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-112.384	-90.819
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.416.724	1.559.042
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	270.491	177.974
7.06.02	Receitas Financeiras	272.475	177.974
7.06.03	Outros	-1.984	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.687.215	1.737.016
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.687.215	1.737.016
7.08.01	Pessoal	130.370	105.745
7.08.01.01	Remuneração Direta	84.907	68.221
7.08.01.02	Benefícios	38.111	31.790
7.08.01.03	F.G.T.S.	7.352	5.734
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	667.230	706.711
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	41.383	26.627
7.08.03.01	Juros	34.445	21.188
7.08.03.02	Aluguéis	6.782	5.383
7.08.03.03	Outras	156	56
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	848.232	897.933
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	848.232	897.933

## Comentário do Desempenho

### Senhores Acionistas:

Apresentamos o comentário de desempenho e as informações trimestrais da Cielo S.A., relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2011, acompanhados do relatório de revisão especial dos Auditores Independentes.

### DESTAQUES 2T11

---

- **Volume financeiro de transações** totalizou **R\$ 74,6 bilhões**, aumento de **21,2%** em relação ao 2T10 e aumento de **6,3%** em comparação ao 1T11;
- **Receita operacional líquida + antecipação de recebíveis, líquidas** totalizaram **R\$ 1,119 bilhão**, aumento de **6,7%** em relação ao 2T10 e aumento de **3,4%** em relação ao 1T11;
- **EBITDA ajustado** de **R\$ 716,5 milhões**, redução de **2,6%** em relação ao 2T10 e aumento de **4,7%** em relação ao 1T11;
- **Margem EBITDA ajustada** de **64,0%**, redução de 6,1 pontos percentuais em comparação ao 2T10 e aumento de 0,8 ponto percentual em relação ao 1T11;
- **Lucro líquido Cielo** totalizou **R\$ 423,6 milhões**, redução de **7,5%** em relação ao 2T10 e de **0,30%** em relação ao 1T11;
- **Margem de lucro líquido Cielo** de **37,8%**, redução de 5,8 pontos percentuais em relação ao 2T10 e redução de 1,4 ponto percentual em comparação ao 1T11;

### CENÁRIO MACROECONÔMICO

---

As medidas macroeconômicas tomadas nos primeiros seis meses de 2011 no Brasil foram com o intuito de desacelerar a atividade econômica, e com isso trazer a inflação para perto do centro da meta estipulada pelo Banco Central. Para isso, nesse período houve alta na taxa básica de juros, que alcançou 12,50%, cortes no orçamento público e a inclusão de novas medidas macroeconômicas.

Apesar desse cenário, a economia brasileira continua aquecida, com as vendas do comércio varejista apresentando aumento de 0,6% em maio frente a abril. Esse desempenho é sustentado pelo contínuo crescimento da massa salarial dos brasileiros, com o rendimento real médio alcançando R\$ 1.566,70. Outro fator que contribui para o desempenho do varejo é o alto nível de ocupação da população, com desemprego alcançando apenas 6,42% em junho desse ano.

O crédito também é um dos pilares que sustenta o alto nível de atividade da economia e continuou a apresentar desempenho sólido com crescimento de 20,8% em maio na comparação ano a ano, com isso a relação crédito/PIB alcançou 46,9%. O atual crescimento do crédito vem acontecendo mesmo com aumento do custo dos empréstimos, a taxa média de juros para pessoa física alcançou 45,3% em maio o que representa um aumento de 5 pontos percentuais se comparado com mesmo mês de 2010.

## Comentário do Desempenho

### EVENTOS 2T11

---

- **OTCQX**- nossas ADRs (American Depositary Receipts) agora são negociadas no OTCQX International Premier, o segmento mais alto do mercado de balcão norte-americano (OTC). Com a plataforma de negociação OTCQX, passamos a oferecer aos investidores negociação transparente, informações de qualidade superior e acesso fácil por meio de corretores regulamentados nos Estados Unidos. As informações financeiras e cotações em tempo real da Companhia estão disponíveis em [www.otcqx.com](http://www.otcqx.com) e [www.otcmarkets.com](http://www.otcmarkets.com).
- **Braspag** – Fundada em 2005, se destaca pela inovação e desenvolvimento de soluções para pagamento online, sendo a empresa líder de processamento de pagamentos para e-commerce no Brasil, com um market share de aproximadamente 65% em seu mercado de atuação. Atuando como um gateway, a plataforma da empresa faz a integração entre a loja virtual, instituições financeiras e adquirentes, sendo responsável por capturar, rotear e gerenciar as transações de pagamento com cartões, boletos bancários e débito direto. Adicionalmente, a Braspag consolida o processo de contas a receber das principais lojas virtuais do Brasil, oferecendo o mais completo leque de serviços do segmento de processamento de transações online.  
Esta aquisição reforça a liderança da Cielo em pagamentos online no Brasil por meio de uma presença significativa em mais um elo da cadeia de valor no mercado de e-commerce.
- **Android** – lançamento do primeiro aplicativo do mercado brasileiro que transforma os smartphones e tablets com o sistema operacional móvel Android em um terminal da Cielo para viabilizar transações com os cartões de crédito Visa, MasterCard, American Express, Elo e Aura. Com mais essa novidade, a Cielo consolida sua liderança no segmento de pagamentos móveis, sendo a única credenciadora do país a disponibilizar a tecnologia para os principais smartphones e celulares com o sistema Android. O aplicativo foi desenvolvido pela M4U, empresa especializada no desenvolvimento de plataformas tecnológicas para pagamentos móveis, da qual a Cielo é acionista controladora.

### DESEMPENHO OPERACIONAL 2T11

---

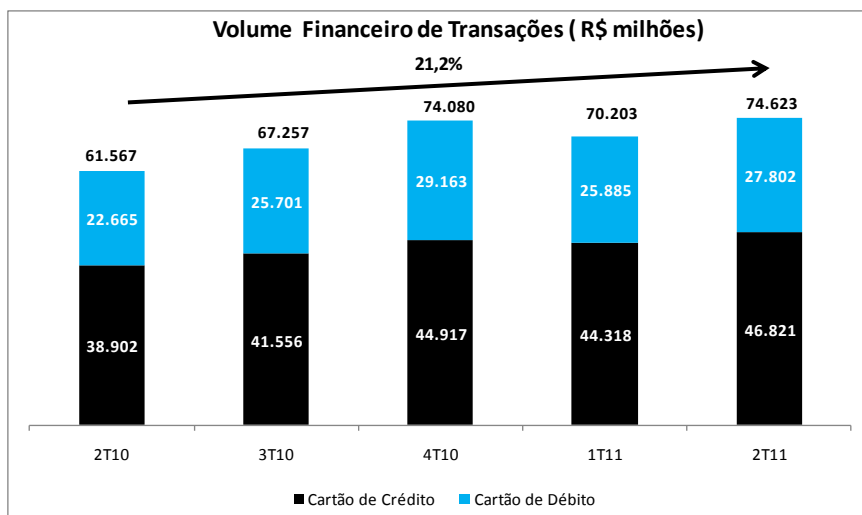
#### Volume Financeiro de Transações

No 2T11, a Cielo capturou 1,094 bilhão de transações, um crescimento de 13,4% em relação ao 2T10 e crescimento de 3,4% sobre o 1T11. O volume financeiro de transações totalizou R\$ 74,6 bilhões, representando um acréscimo de 21,2% quando comparado aos R\$ 61,6 bilhões no mesmo período em 2010 e aumento de 6,3% em relação ao 1T11.

Especificamente com cartões de crédito, o volume financeiro de transações processadas totalizou R\$ 46,8 bilhões no 2T11, o que representou um crescimento de 20,4% em relação ao 2T10 e aumento de 5,6% em relação ao 1T11. O ticket médio das transações com cartão de crédito foi de R\$ 73,26 no 2T11, 6,2% e 1,0% acima do ticket médio das transações no 2T10 e 1T11, respectivamente.

Com a modalidade cartões de débito, o volume financeiro de transações processadas totalizou R\$ 27,8 bilhões no 2T11, um crescimento de 22,7% em relação ao 2T10 e aumento de 7,4% em relação ao 1T11. O ticket médio das transações de cartão de débito foi de R\$ 61,09 no 2T11, 8,2% superior ao ticket médio das transações no 2T10 e 5,6% superior ao ticket médio das transações no 1T11.

## Comentário do Desempenho



A Cielo passou a divulgar as informações de faturamento também de acordo com o critério gerencial, que considera todo o crédito parcelado no momento da compra.

Faturamento Gerencial	2T11	2T10	1T11	2T11 X 2T10	2T11 X 1T11
Faturamento Crédito (R\$ milhões)	47.980,0	39.637,8	43.092,6	21,0%	11,3%
Quantidade de Transações de Crédito (milhões)	447,2	394,2	404,7	13,4%	10,5%
Faturamento Débito (R\$ milhões)	27.801,7	22.665,5	25.887,4	22,7%	7,4%
Quantidade de Transações de Débito (milhões)	455,1	401,4	447,4	13,4%	1,7%
Faturamento Total (R\$ milhões)	75.781,7	62.303,3	68.980,0	21,6%	9,9%
Quantidade Total de Transações (milhões)	902,3	795,6	852,1	13,4%	5,9%

### Cobertura Geográfica e Estabelecimentos Atendidos

Presente em todo o território nacional, a Cielo encerrou o trimestre em 5.497 dos 5.565 municípios brasileiros, uma cobertura de 98,8%, ante 98,5% no 1T11.

O número de estabelecimentos comerciais credenciados ativos totalizava 1,115 milhão ao final do 2T11, o que representa uma redução de 3,2% sobre o 2T10 e um aumento de 2,8% sobre o 1T11. São considerados ativos aqueles estabelecimentos que fizeram pelo menos uma transação nos últimos 60 dias.

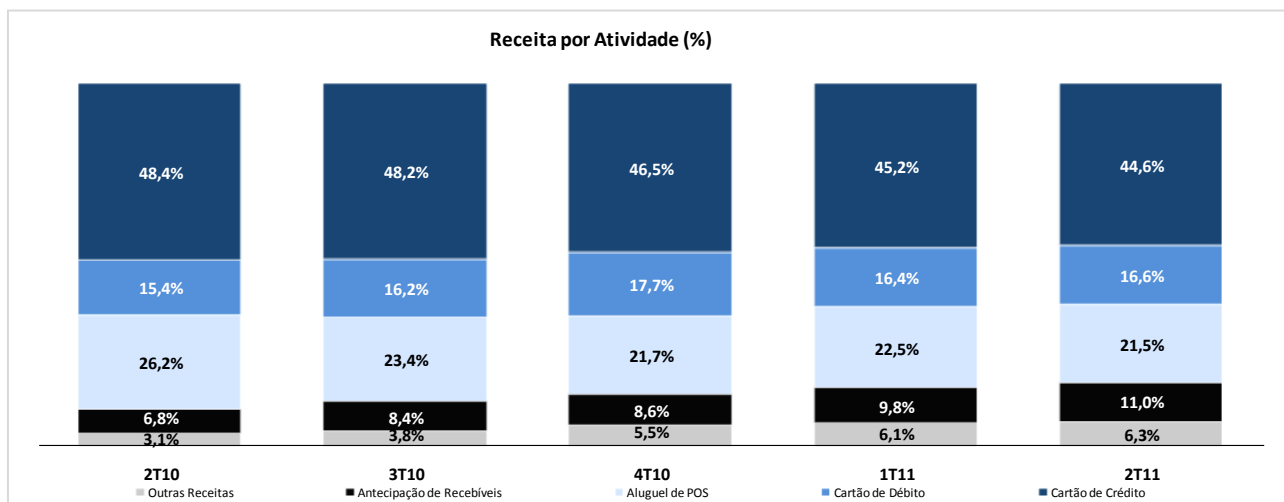
ESTABELECIDAMENTOS CREDENCIADOS	2T11	2T10	1T11	2T11 X 2T10	2T11 X 1T11
Estabelecimentos Ativos em 60 dias (mil)	1.115	1.153	1.085	-3,2%	2,8%

## Comentário do Desempenho

### DESEMPENHO FINANCEIRO 2T11

#### Receita Operacional Bruta + Antecipação de Recebíveis Líquida

As principais fontes de receitas da Cielo são decorrentes da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, além das receitas com aluguel de POS e de antecipação de recebíveis aos seus clientes. A evolução da importância relativa de cada uma dessas fontes pode ser verificada abaixo:



No 2T11, a receita operacional líquida acrescida da receita líquida proveniente das operações de antecipação de recebíveis totalizou R\$ 1,119 bilhão, um crescimento de 6,7% sobre o mesmo período de 2010 e aumento de 3,4% em relação ao 1T11.

- A receita bruta de **comissões** de crédito e débito totalizou R\$ 754,9 milhões no 2T11, 1,8% superior ao mesmo período de 2010. O aumento de R\$ 13,6 milhões resultou do aumento do volume de transações de 21,2% parcialmente impactado por uma redução na taxa bruta de desconto, do pagamento de incentivos e da variação de mix de produtos (maior crescimento de débito vs crédito).

Com relação ao 1T11, a receita bruta total de comissões aumentou R\$ 19,8 milhões, ou 2,7%, em função principalmente do aumento do volume financeiro em 6,3%, parcialmente impactado pela redução na taxa bruta de descontos e do pagamento de incentivos e da variação no mix de produtos (maior crescimento de débito vs crédito).

- A receita bruta de transações com **cartão de crédito** totalizou R\$ 550,1 milhões no 2T11, 2,2% inferior à do 2T10, que foi de R\$ 562,3 milhões. A redução de R\$ 12,2 milhões deve-se redução na taxa bruta de desconto, ao pagamento de incentivos e do mix de produtos (crescimento do crédito regular vs crédito parcelado), parcialmente impactado pelo aumento no volume faturado de 20,4%.

## Comentário do Desempenho

Com relação ao 1T11, a receita bruta com cartão de crédito cresceu 2,1%. Esta acréscimo de R\$ 11,2 milhões deve-se ao aumento de 5,6% no volume faturado, parcialmente impactado pela queda na taxa bruta de desconto, pelo mix de produtos (crescimento do crédito parcelado vs. crédito regular), e pelo pagamto de incentivos.

- A receita bruta de transações com **cartão de débito** cresceu 14,4% quando comparada ao mesmo período de 2010, alcançando R\$ 204,8 milhões. O aumento de R\$ 25,8 milhões é reflexo do aumento de 22,7% no volume faturado, parcialmente impactado pelo mix de produtos (crescimento do Agro vs. débito), redução na taxa bruta de desconto e pelo impacto de incentivos e intercâmbio.

Em comparação ao 1T11, a receita com cartão de débito aumentou 4,4%. Este aumento de R\$ 8,7 milhões foi consequencia do aumento de 7,4% no volume faturado parcialmente impactados pela piora no mix de produtos (Agro vs. débito) em função da sazonalidade do produto Agro.

- A receita bruta de **aluguel de equipamentos** (POS) totalizou R\$ 265,1 milhões, 12,8% inferior ao registrado no mesmo período de 2010.

Considerando o parque instalado, na comparação com o mesmo período do ano anterior o número de POS instalados reduziu 1,5%. Ao mesmo tempo, observa-se uma redução de 11,5% no aluguel médio.

N° POS (mil)	2T11	2T10	1T11	2T11 X 2T10	2T11 X 1T11
# POS Instalado	1.351	1.372	1.293	-1,5%	4,5%
Aluguel Médio (R\$/POS Instalado)	65,4	73,9	69,2	-11,5%	-5,6%
Receita de Aluguel de Equipamentos (R\$ milhões)	265,1	304,1	268,4	-12,8%	-1,2%

Em comparação ao 1T11, a receita bruta de aluguel de equipamentos foi 1,2% inferior em função da redução do preço do aluguel praticado em alguns estabelecimentos, como parte do programa de retenção, implantado a partir de 1º de julho de 2010, parcialmente compensada pelo crescimento de 4,5% da base de equipamentos instalados e pelo aumento de representatividade de equipamentos WiFi/GPRS no parque, que possuem um aluguel mais elevado.

- A linha de **outras receitas** totalizou R\$ 77,7 milhões, um aumento de 114,3% quando comparado ao mesmo período de 2010. Este aumento de R\$ 41,4 milhões é justificado principalmente pela consolidação da receita de R\$ 31,5 milhões da controlada M4U, adquirida no 3T10.

Em relação ao 1T11, **outras receitas** apresentou crescimento de 7,3% principalmente em função do aumento das receitas das controladas Orizon e M4U e receitas provenientes dos serviços de VAN (Value Added Network) fornecidas para diversas bandeiras private labels, e os nossos serviços prestados à American Express.

## Comentário do Desempenho

### Antecipação de Recebíveis

O volume financeiro de transações antecipadas no 2T11 - o oitavo consecutivo de crescimento - totalizou R\$3,3 bilhões, representando 7,2% do volume total de crédito. A receita, excluindo o ajuste a valor presente, somou R\$ 137,7 milhões no trimestre, representando um crescimento de 41,8% em relação ao 2T10 e 13,9% em relação ao primeiro trimestre de 2011.

Antecipação de Recebíveis	2T09	3T09	4T09	1T10	2T10	3T10	4T10	1T11	2T11
% Antecipação s/ Volume Financeiro de Crédito	4,6%	4,7%	5,3%	5,8%	6,3%	6,4%	6,7%	7,3%	7,2%
Volume Financeiro das Antecipações (R\$ Milhões)	1.466,5	1.604,7	2.009,4	2.193,3	2.460,4	2.669,7	3.016,7	3.236,9	3.376,9
Prazo Médio (dias)	48,5	54,5	61,6	66,1	69,7	72,0	66,1	62,9	58,5
Receita de Antecipação excluindo Ajustes (R\$ Milhões)	46,3	49,7	65,5	73,3	97,1	113,3	119,4	120,8	137,7

A receita líquida de antecipação de recebíveis no 2T11 totalizou R\$ 136,1 milhões, 72,7% maior que a do 2T10 e 16,2% maior do que no 1T11.

O ticket médio destas operações ao longo do 2T11 foi de R\$ 2,5 mil, estável com relação ao 2T10, e, no 1T11, de R\$ 3,0 mil.

### Custo dos Serviços Prestados

O custo dos serviços prestados foi superior em 33,0%, ou R\$ 84,9 milhões, totalizando R\$ 342,4 milhões no segundo trimestre de 2011, comparado a R\$ 257,5 milhões no mesmo período de 2010. Este aumento foi basicamente composto de:

- ✓ Aumento de R\$ 32,8 milhões em função do aumento das tarifas pagas às bandeiras, parte em função da nova estrutura de precificação com a Visa como do novo volume MasterCard (R\$ 25,5 milhões) e parte em função do aumento do volume (R\$7,3 milhões);
- ✓ Aumento de R\$ 25,5 milhões devido aos custos relacionados às controladas M4U e Orizon;
- ✓ Aumento de R\$ 21,3 milhões em função do aumento de transações capturadas;
- ✓ Aumento de R\$ 12,0 milhões referentes à depreciação de equipamentos de captura (POS), justificado principalmente pelo aumento do parque total e pela mudança do mix de equipamentos, com mais terminais wireless, que apresentam valores mais elevados;
- ✓ Redução de R\$ 6,7 milhões parte devido à redução no montante dispendido com os projetos relacionados ao cenário multibandeira no 2T10 e parte devido aos ganhos de eficiência principalmente em função de serviços de processamento e logística.

O custo unitário por transação no 2T11 foi de R\$ 0,313, valor 17,3% maior em comparação ao mesmo período de 2010, que foi de R\$ 0,267.

O custo unitário da controladora (excluindo subsidiárias) por transação no 2T11 foi de R\$ 0,276, valor 9,8% maior em comparação ao mesmo período de 2010. Considerando a estrutura de tarifa equivalente ao 2T10, o custo unitário da controladora teria aumento 0,6%, situando-se em R\$ 0,253 por transação.

## Comentário do Desempenho

Na análise comparativa com o 1T11, o custo dos serviços prestados foi R\$ 30,9 milhões superior no 2T11, ou 9,9%. Este aumento foi basicamente composto de:

- ✓ Aumento de R\$ 7,1 milhões em função do aumento das tarifas pagas à bandeira, principalmente pelo aumento no volume Mastercard, que atualmente possui uma tarifa mais elevada quando comparada a outras bandeiras (R\$ 5,0 milhões) e ao aumento do volume (R\$ 2,1 milhão);
- ✓ Aumento de R\$ 6,6 milhões principalmente devido ao custo logístico em função do aumento substancial de instalações de POS;
- ✓ Aumento de R\$ 6,4 milhões devido aos custos das controladas M4U, Orizon e Cielopar;
- ✓ Aumento de R\$ 5,7 milhões em função do aumento do volume (em número de transações);
- ✓ Aumento de R\$ 5,2 milhões referente à depreciação de equipamentos de captura (POS), justificado principalmente pela mudança do mix de equipamentos, com mais terminais wireless, que apresentam valores mais elevados.

Custos e Despesas	2T11	2T10	1T11	2T11 X 2T10	2T11 X 1T11
Quantidade de transações (milhões)	1.094,2	965,1	1.058,7	13,4%	3,4%
Custos dos serviços prestados (R\$ milhões)	(342.387)	(257.458)	(311.493)	33,0%	9,9%
<b>Custo unitário (R\$/transação)</b>	<b>(0,313)</b>	<b>(0,267)</b>	<b>(0,294)</b>	17,3%	6,4%
Despesas Operacionais (R\$ milhões)	(119.170)	(102.574)	(139.919)	16,2%	-14,8%
<b>Despesa Unitária (R\$/transação)</b>	<b>(0,109)</b>	<b>(0,106)</b>	<b>(0,132)</b>	2,5%	-17,6%
Custos + Despesas (R\$ milhões)	(461.557)	(360.032)	(451.412)	28,2%	2,2%
<b>Custos + Despesas Unitário (R\$/transação)</b>	<b>(0,422)</b>	<b>(0,373)</b>	<b>(0,426)</b>	13,1%	-1,1%

## Despesas Operacionais

As despesas operacionais aumentaram R\$ 16,6 milhões, ou 16,2%, para R\$ 119,2 milhões no trimestre findo em 30 de junho de 2011, comparado a R\$ 102,6 milhões no mesmo período de 2010. Com relação ao 1T11, houve redução de 14,8%, ou R\$ 20,8 milhões.

As **despesas de pessoal** aumentaram 29,9% em relação ao 2T10, para R\$ 49,1 milhões, devido principalmente ao aumento do quadro de pessoal em 38,5% para 1.610 funcionários no final do 2T11, e ao reajuste de 6,0% nos salários, definido pelo acordo com o sindicato em agosto de 2010. Em relação ao 1T11, as despesas de pessoal aumentaram 10,7%.

As **despesas gerais e administrativas** aumentaram 69,1% em relação ao 2T10, para R\$ 46,3 milhões principalmente em função de melhorias com foco na área comercial, como por exemplo, o fortalecimento da utilização de organizações independentes de vendas para distribuição, bem como o fato do número do 2T2010 estar impactado em função da provisao feita para alguns projetos que se materializaram em valor menor do que esperado no trimestre. Em relação ao 1T11, as despesas gerais e administrativas reduziram 6,4%.

As **despesas de marketing** diminuíram 40,1% em relação ao 2T10, para R\$ 21,5 milhões, em função da redução de campanhas institucionais e de fidelização de clientes. Em comparação ao 1T11, as despesas de marketing reduziram 40,2%.

**Outras (despesas) receitas operacionais líquidas** aumentaram 64,5% em relação ao 2T10, para uma despesa de R\$ 2,1 milhões no 2T11 comparada a despesa de R\$ 1,3 milhão no 2T10. Quando comparada ao trimestre anterior, esta rubrica apresentou uma redução de 78,8%.

## Comentário do Desempenho

### Resultado financeiro

O **resultado financeiro**, excluindo-se a operação de antecipação de recebíveis, aumentou 899,2%, ou R\$ 15,6 milhões, resultando despesa de R\$ 17,3 milhões no trimestre findo em 30 de junho de 2011.

Tal redução deve-se principalmente aos juros de antecipação de intercâmbio que ocorreu em função da operação de antecipação de recebíveis que realizamos junto aos bancos durante o segundo trimestre de 2011.

Em relação ao 1T11, o resultado financeiro apresentou uma redução de 1.027,0%.

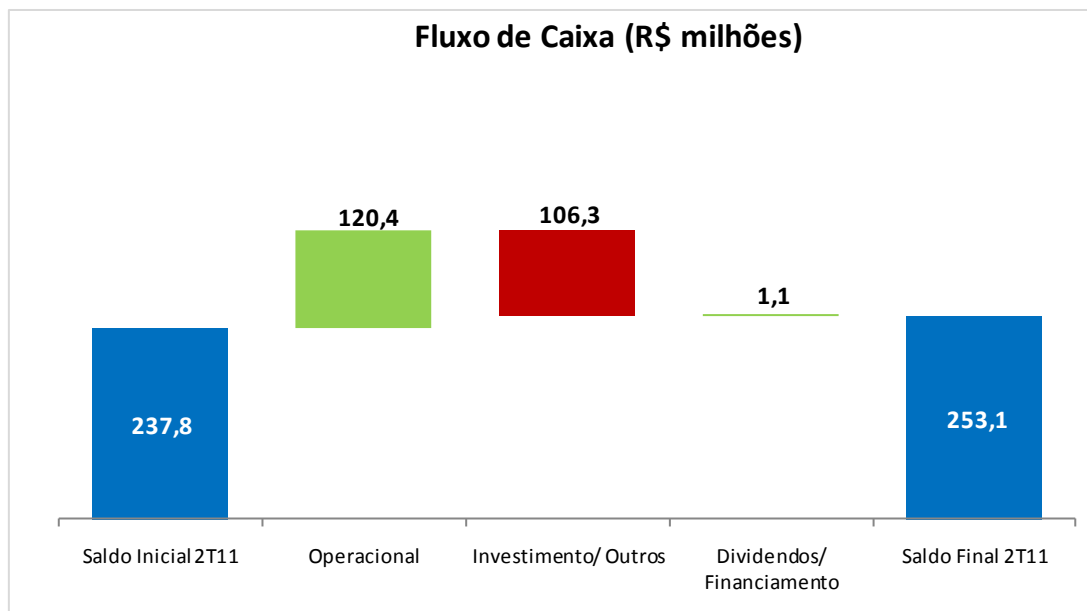
### Lucro Líquido

O lucro líquido totalizou R\$ 424,9 milhões no 2T11, redução de 7,2% em relação ao mesmo período de 2010. Em relação ao 1T11, o lucro líquido caiu 0,1%.

### Fluxo de Caixa

A **atividade operacional** contribuiu com geração de caixa de R\$ 120,4 milhões no 2T11, contra R\$ 100,8 milhões no 2T10. Este aumento no montante gerado pelas operações deve-se principalmente ao aumento da rubrica contas a receber operacional em R\$ 271,4 milhões parcialmente impactado pela diminuição da rubrica contas a pagar a estabelecimentos em R\$ 211,1 milhões.

As **atividades de investimento** somaram R\$ 106,3 milhões no 2T11, principalmente em função do gasto de R\$ 49,3 milhões com a aquisição de POS e à aquisição da Braspag no valor de R\$ 40,0 milhões.



## Comentário do Desempenho

### EBITDA e EBITDA Ajustado

O **EBITDA e o EBITDA Ajustado** são as medidas utilizadas pela Administração da Sociedade para demonstrar seu desempenho.

O **EBITDA e o EBITDA Ajustado** não são uma medida contábil utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerada como alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador de desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez.

O **EBITDA ajustado** corresponde ao lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas de depreciação e amortização e do resultado financeiro, exceto os ganhos líquidos nas operações de antecipação de recebíveis. Ao lucro líquido é acrescida a participação dos acionistas não controladores.

O **EBITDA ajustado** totalizou R\$ 716,5 milhões no 2T11, queda de 2,6% em relação ao 2T10 e aumento de 4,7% sobre o 1T11.

EBITDA Ajustado( R\$ milhões)	2T11	2T10	1T11	2T11 X 2T10	2T11 X 1T11
Lucro Líquido Cielo	423,6	457,7	424,7	-7,5%	-0,3%
Participação dos acionistas não-controladores	1,4	0,0	0,6	-	127,8%
Resultado Financeiro	(118,8)	(77,1)	(119,0)	54,1%	-0,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social	215,5	229,4	207,3	-6,1%	3,9%
Depreciação e Amortização	58,8	46,4	53,6	26,7%	9,7%
<b>EBITDA</b>	<b>580,4</b>	<b>656,5</b>	<b>567,2</b>	<b>-11,6%</b>	<b>2,3%</b>
% Margem EBITDA	59,0%	67,7%	58,8%	-8.7. p.p.	0.2. p.p.
Receita Líquida de Antecipação de Recebíveis	136,1	78,8	117,1	72,8%	16,2%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>716,5</b>	<b>735,3</b>	<b>684,3</b>	<b>-2,6%</b>	<b>4,7%</b>
% Margem EBITDA Ajustada	64,0%	70,1%	63,2%	-6.1.p.p.	0.8. p.p.

## Comentário do Desempenho

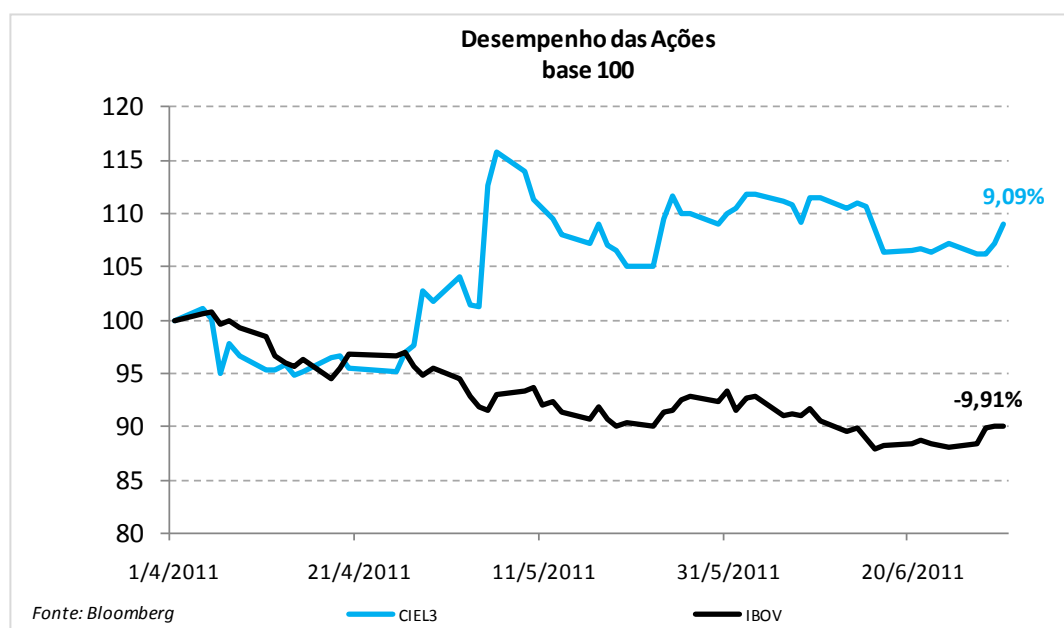
### MERCADO DE CAPITAIS

Em 30 de junho de 2011, a composição acionária era como segue:

Composição Acionária	Ações Ordinárias	%
<b>Acionistas Controladores</b>	<b>312.789.348</b>	<b>57,3%</b>
<i>Banco Bradesco</i>	156.394.655	28,6%
<i>Banco do Brasil</i>	156.394.694	28,6%
<b>Em Circulação</b>	<b>231.357.706</b>	<b>42,4%</b>
<b>Tesouraria</b>	<b>1.766.466</b>	<b>0,3%</b>
<b>Total</b>	<b>545.913.520</b>	<b>100,0%</b>

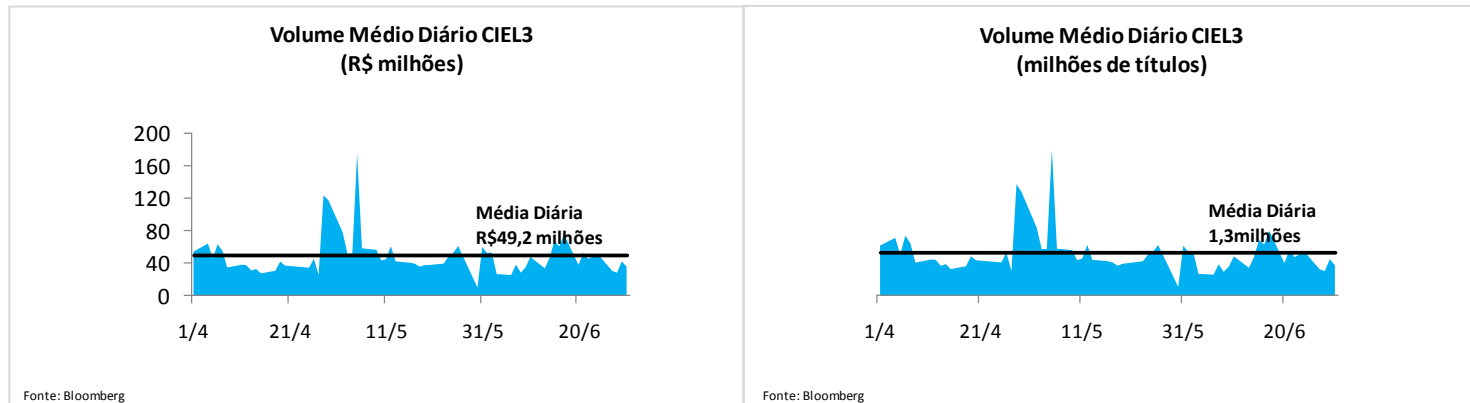
### Desempenho das Ações

No 2T11, enquanto o Ibovespa desvalorizou 9,91%, as ações da Cielo apresentaram valorização de 9,09%. No dia 30 de junho de 2011, os papéis CIEL3 fecharam cotados a R\$ 39,00/ação, representando um valor de mercado de R\$ 21,3 bilhões.



## Comentário do Desempenho

O volume médio diário negociado no período entre abril e junho de 2011 totalizou 1,3 milhões de ações, com um volume médio diário de R\$ 49,2 milhões, representando 0,5% do *free float*. Desde o IPO, o volume médio diário negociado foi de 2,0 milhões de ações, representando um volume médio diário negociado de R\$ 72,2 milhões, ou 0,8% do *free float*.



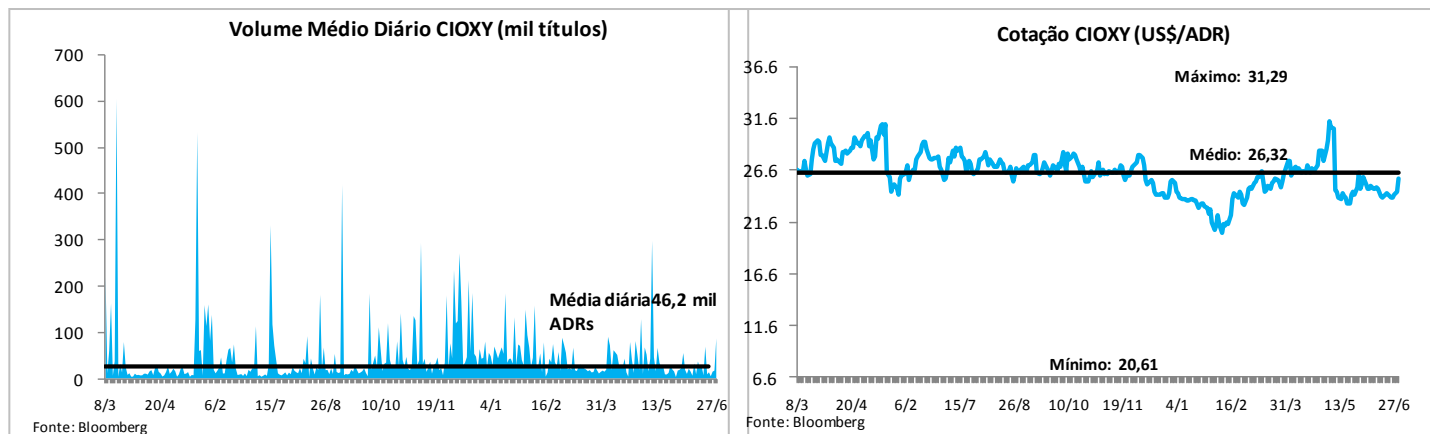
## Programa de ADR Nível 1

Em 22/02/2010, a Cielo anunciou o lançamento do seu programa de ADR (American Depositary Receipts) Nível 1. Os títulos são negociados no mercado de balcão (over-the-counter - OTC) sob o código CIOXY e cada ADR representa uma ação ordinária da Companhia. O Deutsche Bank Trust Company Americas é a instituição depositária dos referidos recibos.

Até o dia 30/06/2011, a Companhia havia registrado 7.532.883 ADRs emitidos e 27.361 cancelamentos no mercado americano, com um volume médio diário negociado de 46,2 mil títulos a um preço médio de US\$ 26,32/ADR.

A bonificação e posterior grupamento aprovados na AGO/E do dia 29/04/2011 teve a paridade mantida para o programa de ADRs.

A partir do início de junho nossas ADRs (American Depositary Receipts) são negociadas no OTCQX International Premier, o segmento mais alto do mercado de balcão norte-americano (OTC). Com a plataforma de negociação OTCQX, passamos a oferecer aos investidores negociação transparente, informações de qualidade superior e acesso fácil por meio de corretores regulamentados nos Estados Unidos. As informações financeiras e cotações em tempo real da Companhia estão disponíveis em [www.otcqx.com](http://www.otcqx.com) e [www.otcm Markets.com](http://www.otcm Markets.com).



## Comentário do Desempenho

### Governança Corporativa

---

A Companhia adota uma postura ética, responsável e transparente na administração dos negócios e busca aperfeiçoar seu padrão de governança corporativa de acordo com as melhores práticas de mercado, com o objetivo de preservar o direito dos acionistas, por meio de um tratamento equitativo, claro e aberto.

A Cielo possui Conselho de Administração composto por 10 membros (2 independentes) e Conselho Fiscal com 3 membros. Além dos citados órgãos societários, foram instalados comitês de assessoramento, responsáveis pela formulação de recomendações quanto a estratégias de negócios, o que engloba estratégias de longo prazo, desempenho da Companhia e controle e fiscalização das medidas adotadas. Atualmente, além do comitê de Auditoria, que possui previsão estatutária, estão instalados os seguintes comitês de assessoramento ao Conselho de Administração: Finanças, Pessoas e Governança Corporativa.

A Companhia adota Políticas de Divulgação de Informações, de Negociação de Ações e Código de Ética, o qual estabelece as normas de conduta no relacionamento com todas as partes interessadas: colaboradores, clientes, fornecedores, investidores, órgãos reguladores, sociedade e governos.

### RELACIONAMENTO COM AUDITORES

---

Em consonância com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que durante o 2T11 a Sociedade contratou os serviços de auditoria independente da Deloitte Touche Thomatsu Auditores Independentes.

A Política da empresa na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. Estes princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No semestre findo em 30 de junho de 2011, não foram prestados pelos auditores independentes, e partes a eles relacionadas serviços não relacionados à auditoria externa.

*As informações no relatório de desempenho sobre EBITDA, EBITDA ajustado, margem EBITDA, volume financeiro e quantidade de transações, taxas de desconto, informações da indústria e setoriais, contribuições na receita líquida, quantidade de funcionários e investimentos totais e faturamento gerencial não foram objeto de revisão especial realizada pelos auditores independentes em 30 de junho de 2011.*

\*\*\*

---

## Notas Explicativas

### CIELO S.A. E CONTROLADAS

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2011

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cielo S.A. (“Sociedade” ou “Cielo”) foi constituída em 23 de novembro de 1995 no Brasil e tem como objetivo principal a prestação de serviços relacionados a cartões de crédito e de débito e outros meios de pagamento, bem como a prestação de serviços correlatos, tais como o credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços, o aluguel, a instalação e a manutenção de terminais eletrônicos e a captura de dados e de processamento de transações eletrônicas e manuais.

A Cielo é uma sociedade por ações com sede em Barueri, São Paulo, cujas ações foram admitidas à negociação na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. Suas controladoras integram os conglomerados Banco do Brasil e Bradesco.

Em 23 de janeiro de 2003, a Sociedade constituiu uma filial em Grand Cayman, Ilhas Britânicas Ocidentais (nota explicativa nº 23), com o propósito específico da realização no exterior de uma operação de securitização do fluxo de direitos creditórios denominados em moeda estrangeira (notas explicativas nº 6, nº 18 e nº 23).

O contexto operacional das controladas e das controladas em conjunto é como segue:

##### Controladas diretas

- Servinet Serviços Ltda. (“Servinet”) - o objeto social da Servinet consiste na prestação de serviços de manutenção e contatos com estabelecimentos comerciais e estabelecimentos prestadores de serviços para a aceitação de cartões de crédito e de débito, bem como outros meios de pagamento; no desenvolvimento de atividades correlatas no setor de serviços julgadas de interesse da Servinet; e na participação em outras sociedades como sócia ou acionista.
- Servrede Serviços S.A. (“Servrede”) – atualmente, tem como objeto social a participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista.
- CieloPar Participações Ltda. (“CieloPar”) - tem como objeto social a participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista.

## Notas Explicativas

- Companhia Brasileira de Gestão de Serviços (“Orizon”), anteriormente denominada Orizon Brasil Processamento de Informações de Saúde Ltda. - o objeto social da Orizon consiste na consultoria e no processamento de informações para as empresas da área médica em geral; na gestão de serviços de suporte (“back office”) para empresas operadoras de saúde em geral; na prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica entre operadoras de saúde e prestadores de serviços médicos e hospitalares (como hospitais, clínicas médicas e laboratórios) e quaisquer outros agentes do sistema de saúde suplementar e drogarias, em plataforma tecnológica única; na prestação de serviços de digitalização e automatização de processos, emissão de cartões, atendimento em “call center” e outras soluções; na prestação de serviços de leitura de informações de cartões e roteamento de transações não financeiras; na locação ou comercialização de leitoras de cartões, outros equipamentos e sistemas de informática utilizados na prestação de seus serviços, bem como na prestação de assistência técnica a referidos equipamentos; e na participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista.

### Controladas indiretas

- Prevsáude Comercial de Produtos e de Benefícios de Farmácia Ltda. (“Prevsáude”) - controlada da Orizon, tem como objeto social a prestação de serviços de benefício farmacêutico, voltados para o atendimento de clientes corporativos, planos de saúde, clientes públicos e grandes laboratórios. A Prevsáude administra a relação dos funcionários de seus clientes com as farmácias, com os médicos e com a própria empresa contratante.
- Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda. (“Precisa”) - controlada da Orizon, tem como objeto social a comercialização de medicamentos em geral, com foco na prevenção e manutenção do estado de saúde, com sistema de entrega programada. A Precisa é uma “farmácia” voltada para atender aos clientes da Prevsáude, com foco principal nos pacientes crônicos. Ela é responsável pela entrega de medicamentos de administração recorrente aos clientes da Prevsáude com doenças crônicas, tais como diabetes, câncer e problemas cardíacos e de pressão, o que permite monitorar a entrega e o consumo do medicamento, aumentando a efetividade do tratamento.
- Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. (“Multidisplay”) - controlada da Servrede, tem como objeto social a prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular; o comércio de recarga de aparelhos celulares ou fixos; a prestação de serviços de consultoria em tecnologia, desenvolvimento e licenciamento de software; o comércio de produtos e a prestação de serviços tecnológicos; e a representação comercial.
- M4 Produtos e Serviços S.A. (“M4 Produtos”) - controlada da Multidisplay, tem como objeto social a prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa, telefonia celular, televisão pré-paga, transporte pré-pago e similares; a prestação de serviços de pagamento móvel e de serviços de consultoria em tecnologia; e o desenvolvimento e licenciamento de softwares.
- Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. (“Paggo Soluções”) - controlada da CieloPar, tem como objeto social a prestação de serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais para a aceitação de cartões de crédito e de débito; a prestação de serviços de instalação e manutenção de soluções e meios eletrônicos para captura e processamento de dados relativos às transações decorrentes de uso de cartões de crédito e de débito; e a administração dos pagamentos e recebimentos com a rede de estabelecimentos credenciados, mediante captura, transmissão, processamento dos dados e liquidação das transações eletrônicas com cartões de crédito e de débito na modalidade de pagamentos móveis.

## Notas Explicativas

- Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda (“Braspag”) - controlada da CieloPar, tem como objeto social o desenvolvimento de programas de computador; o processamento de transações eletrônicas; a prestação de serviços de consultoria, serviços de tecnologia voltados à cobrança e ao gerenciamento de contas a pagar e a receber via internet, serviços de cobrança e gerenciamento de contas a pagar e a receber via internet; a administração de cartões de crédito de terceiros; a obtenção, em nome e por conta dos titulares de cartões de crédito e dos estabelecimentos filiados, de financiamentos com instituições financeiras; a concessão de aval ou fiança às partes integrantes do negócio de cartão de crédito.

### Aquisição de controladas - Multidisplay e M4 Produtos

Em agosto de 2010, através da controlada direta Servrede, a Sociedade adquiriu o controle da Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. (“Multidisplay”) e da sua controlada integral M4 Produtos e Serviços S.A. (“M4 Produtos”), que juntas formam a M4U, empresa brasileira pioneira e líder no desenvolvimento de plataformas tecnológicas, tanto para recarga de celulares como para pagamentos móveis.

A aquisição de 50,1% do capital social da M4U deu-se pelo valor de R\$50.650, do qual R\$25.600 foram pagos na data da aquisição e o saldo remanescente, registrado como “Outras obrigações” no passivo não circulante, está sendo pago em até 37 meses da data de fechamento, condicionado ao cumprimento de determinadas metas de performance financeira, pactuadas no Contrato de Compra e Venda de Ações.

### Acordo de investimentos - “joint venture” Paggo Soluções

Em 29 de setembro de 2010, a Sociedade, a Tele Norte Leste Participações S.A. (“TNL”) e a Paggo Acquirer Gestão de Meios de Pagamento Ltda. (“Paggo Acquirer”, sociedade controlada pela TNL) celebraram um Acordo de Investimento com o objetivo de regular a participação da Paggo Acquirer e da Sociedade através de sua controlada CieloPar em uma nova sociedade denominada Paggo Soluções de Meios de Pagamento S.A. (“Paggo Soluções”).

A Paggo Acquirer e a Sociedade detêm, cada uma, 50% do capital social da Paggo Soluções.

### Aquisição de controlada - Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda.

Em 23 de maio de 2011, através da controlada direta CieloPar, a Sociedade adquiriu o controle da Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda. (“Braspag”), líder em soluções para meios de pagamento eletrônicos no Brasil. A aquisição da totalidade das quotas do capital social da Braspag deu-se pelo valor de R\$40.000, pagos na data da aquisição.

## Notas Explicativas

### Início do cenário multibandeira

A indústria de cartões, especificamente o setor de credenciamento, passou a viver um novo cenário competitivo a partir de 1º de julho de 2010, data a partir da qual as adquirentes passaram a capturar e processar as transações das principais bandeiras de cartões. Essa mudança contemplou duas recomendações sugeridas pelo grupo formado pelo Banco Central do Brasil - BACEN, pela Secretaria de Direito Econômico - SDE e pela Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE: a abertura da atividade de credenciamento e a interoperabilidade de equipamentos “Point of Sale - POS”.

A Sociedade, a partir de 1º de julho de 2010, passou a capturar e processar transações da bandeira MASTERCARD. Outras parcerias também já foram anunciadas com a bandeira AMERICAN EXPRESS (Banco Bankpar S.A. e Tempo Serviços Ltda.), bandeira JCB e bandeira ELO, e com bandeiras nacionais, tais como AURA (parte da operação da MASTERCARD no Brasil), GOODCARD, MAIS! (do Grupo Cred-System), e SOROCRED (Sorocred Meios de Pagamento Ltda.). O posicionamento da Sociedade no mercado de cartões de benefícios também foi fortalecido com a parceria anunciada com a empresa Ticket, inicialmente, para os produtos Ticket Refeição e Ticket Alimentação. Logo, além de continuar oferecendo a bandeira VISA VALE, a Sociedade passou a oferecer também as bandeiras TICKET E SODEXO, além de vouchers regionais como Bônus CBA, Cabal, Policard, Verocheque e Sapore.

## 2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Sociedade compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade, as quais foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (“International Financial Reporting Standards - IFRSs”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade (“International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC”) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado.
- As demonstrações financeiras individuais da Sociedade, que foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

## Notas Explicativas

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Sociedade optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

### 2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

### 2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação.

### 2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor, sendo demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos. O caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurados a valor justo, e seus rendimentos são registrados no resultado do semestre.

### 2.5. Contas a receber dos bancos emissores e contas a pagar a estabelecimentos comerciais (transações pendentes de repasse)

Referem-se aos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e de débito emitidos por instituições financeiras, sendo os saldos de contas a receber dos bancos emissores líquidos das taxas de intercâmbio e os saldos de contas a pagar a estabelecimentos deduzidos das taxas líquidas de administração (taxa de desconto); os prazos de recebimento dos emissores e de pagamento aos estabelecimentos são inferiores a um ano (vide nota explicativa nº 13).

### 2.6. Imobilizado

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados, no mínimo, anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

## Notas Explicativas

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

### 2.7. Intangível

#### Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

#### Ativos intangíveis gerados internamente - gastos com pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, forem verificadas todas as seguintes condições:

- A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda.
- A intenção de completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo.
- A habilidade de usar ou vender o ativo intangível.
- Como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros.
- A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo.
- A habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado, quando incorridos. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

## Notas Explicativas

### Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

### Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado quando da alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

#### 2.8. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

No fim de cada período, a Sociedade e suas controladas (“Grupo”) revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o Grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Em 30 de junho de 2011, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi consignada nas demonstrações financeiras referentes ao semestre findo naquela data.

#### 2.9. Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo. Os custos relacionados à aquisição foram reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição.

## Notas Explicativas

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis.

As participações não controladoras que correspondem a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade no caso de liquidação são mensuradas com base na parcela proporcional das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

### Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Sociedade aplica os requisitos da interpretação técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Contábeis Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Sociedade no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Sociedade no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas e o valor justo líquido dos ativos e passivos são mensurados utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas.

#### 2.10. Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do semestre. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

## Notas Explicativas

### 2.11. Investimentos em controladas e controladas em conjunto (“joint ventures”)

Controlada é a entidade, incluindo aquela não constituída sob a forma de sociedade tal como uma parceria, na qual a controladora, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e poder de eleger a maioria dos administradores. A preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores de modo permanente ocorrem, presumidamente, quando a empresa investidora possui o controle acionário representado por mais de 50% do capital votante da outra sociedade. Neste método, os componentes do ativo e passivo e as receitas e despesas das controladas indiretas são somados às posições contábeis consolidadas integralmente e o valor patrimonial da participação dos não controladores é determinado pela aplicação do percentual de participação deles sobre o patrimônio líquido da controlada.

“Joint ventures” são aquelas entidades nas quais o controle é exercido conjuntamente pela sociedade e por um ou mais sócios. Os investimentos em “joint ventures” são reconhecidos pelo método de consolidação proporcional, a partir da data em que o controle conjunto é adquirido. De acordo com esse método, os componentes do ativo e passivo e as receitas e despesas das “joint ventures” são somados às posições contábeis consolidadas, na proporção da participação do investidor em seu capital social. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as participações em entidades controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Quando uma empresa do Grupo realiza transações com suas controladas em conjunto, os lucros e prejuízos resultantes das transações são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo apenas na medida das participações do Grupo na controlada em conjunto não relacionadas ao Grupo.

### 2.12. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

#### Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do semestre. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros semestres, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente (por empresa do Grupo) com base nas alíquotas vigentes no fim do semestre.

## Notas Explicativas

### Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas; entretanto, não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada semestre e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada período de relatório ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o Grupo espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em “Outros resultados abrangentes”, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

#### 2.13. Benefícios a empregados

A Sociedade e suas controladas são copatrocinadoras de um plano de previdência privada com contribuições definidas. As contribuições são efetuadas com base em um percentual da remuneração dos colaboradores. Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

## Notas Explicativas

### 2.14. Ativos e passivos financeiros

#### a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) pelo valor justo através do resultado; (ii) mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

#### Ativos financeiros pelo valor justo através do resultado

Ativos financeiros são mensurados ao valor justo pelo resultado quando são mantidos para negociação ou, no momento do reconhecimento inicial, são designados pelo valor justo através do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação quando:

- É adquirido principalmente para o propósito de venda em prazo muito curto.
- É parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Sociedade administra conjuntamente e que tenha um padrão recente real de lucros no curto prazo.
- É um derivativo que não é designado e efetivo como instrumento de “hedge” em uma contabilização de “hedge”.

Um ativo financeiro que não seja mantido para negociação pode ser designado ao valor justo através de lucros e perdas no reconhecimento inicial quando:

- Essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência surgida em sua mensuração ou seu reconhecimento.
- For parte de um grupo administrado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, seu desempenho for avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou a estratégia de investimento documentada pela Sociedade e as respectivas informações forem fornecidas internamente com a mesma base.
- For parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o CPC 38 e o IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitirem que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo através de lucros ou perdas.

Ativos financeiros pelo valor justo através do resultado são avaliados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado do semestre. Ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro.

#### Mantidos até o vencimento

Ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e datas de vencimento fixas e que a Sociedade tenha a intenção e habilidade de manter até o vencimento são classificados nessa categoria. Ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método dos juros efetivos, deduzido de provisão para perdas do valor recuperável (“impairment”). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva.

## Notas Explicativas

### Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros que têm pagamentos fixos ou determináveis e não são cotados em um mercado ativo, sendo mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método dos juros efetivos, deduzido de provisão para perdas do valor recuperável (“impairment”). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva, exceto para os recebíveis de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros for imaterial.

### Disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles que não são derivativos e que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados nas categorias apresentadas anteriormente.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária e a variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido quando incorridas, sendo baixadas para o resultado do semestre no momento em que são realizadas em caixa ou consideradas não recuperáveis.

### Método dos juros efetivos

É um método de calcular o custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e alocar a receita ou despesa dos juros durante o semestre relevante. A taxa efetiva de juros é aquela que desconta exatamente os recebimentos ou pagamentos futuros estimados de caixa (incluindo todas as taxas pagas ou recebidas que formam parte integral da taxa efetiva de juros, custos de transação e outros prêmios ou descontos) através da vida esperada do ativo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor.

#### b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados pelo valor justo através do resultado ou como outros passivos financeiros.

### Passivos financeiros pelo valor justo através do resultado

São classificados nessa categoria os passivos financeiros mantidos para negociação ou quando mensurados pelo valor justo através do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação quando:

- For incorrido principalmente com o propósito de recompra em futuro próximo.
- For parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Sociedade administra conjuntamente e que tenha um padrão realizado de lucros no curto prazo.
- For um derivativo que não esteja designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

## Notas Explicativas

Passivos financeiros que não sejam classificados como mantidos para negociação podem ser designados como valor justo através do resultado no reconhecimento inicial quando:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento que poderia surgir.
- Compuserem parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou de ambos, o qual seja administrado e cuja performance seja avaliada com base em seu valor justo, de acordo com a administração de risco documentada ou a estratégia de investimento da Sociedade, e as informações sobre esse grupo forem fornecidas nessa base internamente.
- Formarem parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o IAS 39 permitir que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo através de lucros ou perdas.

Passivos financeiros pelo valor justo através do resultado são demonstrados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado. Os ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam quaisquer juros pagos no passivo financeiro.

### Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. O método dos juros efetivos é um método que calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. A taxa de juros efetiva é a taxa que exatamente desconta pagamentos estimados futuros de caixa através da vida esperada do passivo financeiro ou, quando aplicável, por um período menor.

#### 2.15. Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos e outras deduções similares.

As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e de débito são apropriadas ao resultado na data do processamento das transações. As receitas decorrentes da captura das transações parceladas com cartões de crédito são apropriadas ao resultado na data do processamento de cada parcela. A receita de serviços prestados para parceiros e estabelecimentos comerciais é reconhecida no resultado quando da prestação de serviços.

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

## Notas Explicativas

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

A receita com o repasse antecipado aos estabelecimentos comerciais é reconhecida “pro rata temporis”, considerando os seus prazos de vencimento.

### 2.16. Provisões para riscos

Reconhecidas quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança.

O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação nas datas dos balanços, levando em consideração os riscos e as incertezas relacionados à obrigação. Quando se espera que o benefício econômico requerido para liquidar uma provisão seja recebido de terceiros, esse valor a receber é registrado como um ativo apenas quando o reembolso é virtualmente certo e o montante pode ser estimado com segurança.

As provisões contabilizadas pela Sociedade decorrem substancialmente de processos judiciais, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e ex-funcionários, mediante ações cíveis e trabalhistas. Essas contingências são avaliadas pela Administração da Sociedade e de suas controladas com seus assessores jurídicos e são quantificadas por meio de critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente à decisão, ao prazo e ao valor.

As provisões que envolvem processos tributários estão constituídas por valor equivalente à totalidade dos tributos em discussão judicial, atualizados monetariamente, sendo computados os juros moratórios como se devidos fossem, até as datas dos balanços.

### 2.17. Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira foram convertidos para reais pela taxa de câmbio das datas dos balanços e as diferenças decorrentes da conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do semestre.

### 2.18. Remuneração com base em ações

A Sociedade oferece a seus administradores e executivos e aos de sua controlada Servinet plano de opção de compra de ações. As opções são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção em contrapartida ao patrimônio líquido. Nas datas dos balanços, a Sociedade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devam ser adquiridos com base nessas condições e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido, de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 10 e na IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações.

## Notas Explicativas

### 2.19. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Sociedade e de suas controladas que impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas no semestre demonstrado. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado e intangível, provisão para créditos de liquidação duvidosa (sobre contas a receber de aluguel de equipamentos POS), imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, redução ao valor recuperável do ágio e provisão para riscos. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Sociedade e suas controladas revisam as estimativas e premissas anualmente.

### 2.20. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado semestre e é apresentada pela Cielo, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

### 2.21. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Sociedade e suas controladas não adotaram as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

<u>Norma</u>	<u>Título/Modificação</u>	<u>Vigência</u>
Modificações à IFRS 1	Isenção para o requerimento de rerepresentar as demonstrações financeiras, para fins de comparação, em virtude da adoção das alterações na IFRS 9	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011
Modificações à IFRS 7	Divulgações - transferências de ativos financeiros	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
Modificações à IFRS 9	Instrumentos Financeiros - classificação e mensuração e	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de

## Notas Explicativas

<u>Norma</u>	<u>Título/Modificação</u>	<u>Vigência</u>
	complementos à IFRS 9 para contabilização de passivos financeiros	2013
Modificações ao IAS 12	Impostos Diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo do IAS 40	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2012
Melhorias aos IASs 21, 28 e 31	Requerimentos de transição para as modificações resultantes do IAS 27	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011
Modificações ao IAS 31	Reconhecimento de participação em empreendimentos controlados em conjunto	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013

A Administração da Sociedade entende que a aplicação de certos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas demonstrações financeiras nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos reportados anteriormente. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente, nem sobre as alterações já em vigor na IFRS 1 (diversos assuntos), IFRS 3 (diversos assuntos), IFRS 7 (diversos esclarecimentos sobre divulgações), IAS 1 (esclarecimento sobre as mutações do patrimônio líquido), IAS 27 (requerimentos de transição pelas modificações introduzidas em 2008), IAS 34 (eventos e transações significativos) e IFRIC 13 (valor justo de créditos de prêmio). Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

### 3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas e controladas em conjunto. O controle é obtido quando a Sociedade tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Nas demonstrações financeiras individuais da Sociedade as informações financeiras das controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Os resultados das controladas adquiridas durante o semestre estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição. O saldo dos resultados abrangentes é atribuído aos proprietários da Sociedade e às participações não controladoras mesmo se essas participações apresentarem resultado negativo.

## Notas Explicativas

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas contemplam os saldos das contas da Sociedade (controladora), das controladas diretas Servinet, Servrede e CieloPar (a partir de setembro de 2010), da “joint venture” Orizon (a partir de 1º de janeiro de 2010) e das controladas indiretas Prevsáude, Precisa, Multidisplay e M4 Produtos (a partir de agosto de 2010), Paggo Soluções (a partir de 28 de fevereiro de 2011) e Braspag (a partir de 23 de maio de 2011). Na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os saldos e as transações entre essas Sociedades.

Para as controladas, foi aplicado o conceito de consolidação integral, o qual trata os investimentos em controladas para reconhecer a totalidade de seus ativos, passivos, receitas e despesas na controladora, tornando-se, assim, necessário o reconhecimento da participação dos não controladores.

Os componentes de ativo, passivo, receitas e despesas das “joint ventures” Orizon, Prevsáude, Precisa e Paggo Soluções foram incluídos proporcionalmente à participação da controladora no capital social destas, considerando o controle compartilhado estabelecido através dos Acordos de Acionistas firmados entre a Sociedade e suas parceiras nessas “joint ventures”, onde nenhuma das partes, sozinha, determina as políticas financeiras e operacionais.

A conversão para reais do balanço patrimonial da filial em Grand Cayman, preparado originalmente em dólares norte-americanos, foi efetuada com base nas taxas correntes do câmbio de fechamento nas datas dos balanços, e a do resultado com base nas taxas médias do câmbio de fechamento no encerramento de cada mês.

### 3.1. Controladas diretas (controle individual) e indiretas

A lista a seguir apresenta as participações nas subsidiárias consolidadas:

	Participação - %			
	Capital total		Capital votante	
	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Controladas diretas:				
Servinet	99,99	99,99	99,99	99,99
Servrede	99,99	99,99	99,99	99,99
CieloPar	99,99	99,99	99,99	99,99
Controladas indiretas:				
Multidisplay	50,10	50,10	50,10	50,10
M4 Produtos	50,10	50,10	50,10	50,10
Braspag	100,00	-	100,00	-

**Notas Explicativas**

A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos e passivos das controladas diretas e indiretas:

	30.06.2011					
						M4
	Servinet	Servrede	CieloPar	Multidisplay	Produtos	Braspag
Ativo:						
Circulante	25.656	1.662	301	7.954	38.622	4.184
Não circulante	<u>42.848</u>	<u>65.554</u>	<u>86.050</u>	<u>7.627</u>	<u>4.036</u>	<u>770</u>
Total do ativo	<u>68.504</u>	<u>67.216</u>	<u>86.351</u>	<u>15.581</u>	<u>42.658</u>	<u>4.954</u>
Passivo e patrimônio líquido:						
Circulante	18.211	8	300	6.931	35.154	3.314
Não circulante	30.719	40.058	-	-	59	16
Patrimônio líquido	<u>19.574</u>	<u>27.150</u>	<u>86.051</u>	<u>8.650</u>	<u>7.445</u>	<u>1.624</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>68.504</u>	<u>67.216</u>	<u>86.351</u>	<u>15.581</u>	<u>42.658</u>	<u>4.954</u>

**Notas Explicativas**

	31.12.2010				
	<u>Servinet</u>	<u>Servrede</u>	<u>CieloPar</u>	<u>Multidisplay</u>	<u>M4 Produtos</u>
Ativo:					
Circulante	19.360	38.058	1	7.258	30.773
Não circulante	<u>43.061</u>	<u>75.616</u>	-	<u>6.860</u>	<u>3.612</u>
Total do ativo	<u>62.421</u>	<u>113.674</u>	<u>1</u>	<u>14.118</u>	<u>34.385</u>
Passivo e patrimônio líquido:					
Circulante	16.396	33.810	-	6.444	27.357
Não circulante	28.123	39.044	-	-	169
Patrimônio líquido	<u>17.902</u>	<u>40.820</u>	<u>1</u>	<u>7.674</u>	<u>6.859</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>62.421</u>	<u>113.674</u>	<u>1</u>	<u>14.118</u>	<u>34.385</u>
	30.06.2011				
	<u>Servinet</u>	<u>Servrede</u>	<u>CieloPar</u>	<u>Multidisplay</u>	<u>M4 Produtos</u>
Resultado:					
Receita líquida	48.098	-	-	38.438	17.586
Lucro (prejuízo) bruto	45.382	(2.436)	-	2.796	6.841
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	2.301	350	(2.950)	4.329	4.891
Resultado antes dos impostos e das contribuições sobre o lucro	2.519	386	(2.950)	4.317	5.072
Lucro (prejuízo) líquido do semestre	1.672	800	(2.950)	3.976	2.886
				30.06.2010	
				<u>Servinet</u>	<u>Servrede</u>
Resultado:					
Receita líquida				30.913	-
Lucro bruto				27.057	-
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro				1.639	(6)
Resultado antes dos impostos e das contribuições sobre o lucro				(4.562)	(7)
Prejuízo líquido do semestre				(7.527)	(7)

## 3.2. “Joint ventures” (empresas com controle compartilhado)

As participações nas “joint ventures” incluem:

	Participação - %			
	Capital total		Capital votante	
	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
“Joint ventures”:				
Orizon	40,95	40,95	40,95	40,95
Prevsaúde	40,95	40,95	40,95	40,95
Precisa	40,95	40,95	40,95	40,95
Paggo Soluções	50,00	-	50,00	-

**Notas Explicativas**

As informações financeiras condensadas das “joint ventures” foram consolidadas pelo método de consolidação proporcional, considerando o controle compartilhado exercido através dos acordos de acionistas. A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos e passivos das controladas:

	30.06.2011			Paggo Soluções
	Orizon	Precisa	Prevsáude	
Ativo:				
Circulante	44.883	18.823	2.956	11.825
Não circulante	<u>61.014</u>	<u>608</u>	<u>313</u>	<u>100.456</u>
Total do ativo	<u>105.897</u>	<u>19.431</u>	<u>3.269</u>	<u>112.281</u>
Passivo e patrimônio líquido:				
Circulante	7.698	4.839	2.275	9.733
Não circulante	1.526	5.716	47	-
Patrimônio líquido	<u>96.673</u>	<u>8.876</u>	<u>947</u>	<u>102.548</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>105.897</u>	<u>19.431</u>	<u>3.269</u>	<u>112.281</u>
	31.12.2010			
	Orizon	Precisa	Prevsáude	
Ativo:				
Circulante		41.124	17.034	2.102
Não circulante		<u>62.004</u>	<u>525</u>	<u>403</u>
Total do ativo		<u>103.128</u>	<u>17.559</u>	<u>2.505</u>
Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto):				
Circulante		7.788	3.814	2.598
Não circulante		3.239	4.890	-
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)		<u>92.101</u>	<u>8.855</u>	<u>(93)</u>
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		<u>103.128</u>	<u>17.559</u>	<u>2.505</u>

A seguir estão demonstradas as principais rubricas da demonstração do resultado dos semestres findos em 30 de junho de 2011 e de 2010:

	30.06.2011			Paggo Soluções
	Orizon	Precisa	Prevsáude	
Resultado:				
Receita líquida	28.363	36.938	4.103	193
Lucro (prejuízo) bruto	11.426	1.076	819	(5.782)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	4.633	683	1.209	(5.888)
Resultado antes dos impostos e das contribuições sobre o lucro	6.262	212	1.087	(5.899)
Lucro líquido (prejuízo) do semestre	4.572	21	1.040	(5.899)
	30.06.2010			
	Orizon	Precisa	Prevsáude	
Resultado:				
Receita líquida		25.000	15.167	4.424
Lucro (prejuízo) bruto		8.702	(283)	(689)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		583	(437)	(1.054)
Resultado antes dos impostos e das contribuições sobre o lucro		2.140	(493)	(1.038)
Lucro líquido (prejuízo) do semestre		1.112	(551)	(918)

**Notas Explicativas****4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Controladora		Consolidado	
	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Caixa e bancos:				
Moeda nacional	948	1.607	8.214	4.456
Moeda estrangeira	1.473	11.643	1.473	11.643
Aplicações financeiras:				
Debêntures compromissadas (a)	190.923	128.586	196.958	131.948
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (a)	15.258	77.281	44.118	100.131
“Money Market Deposit Account” - MMDA (b)	<u>2.287</u>	<u>2.425</u>	<u>2.287</u>	<u>2.425</u>
Total	<u>210.889</u>	<u>221.542</u>	<u>253.050</u>	<u>250.603</u>

Os saldos de caixa e bancos são constituídos por fundo fixo de caixa e valores disponíveis em contas bancárias no Brasil e no exterior, substancialmente representados por montantes depositados pelas instituições financeiras emissoras de cartões de crédito e de débito, sendo tais valores utilizados para a liquidação financeira das transações com os estabelecimentos comerciais. As aplicações financeiras têm as seguintes características:

- (a) Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, as aplicações financeiras em debêntures compromissadas e CDBs foram rentabilizadas, em média, a 101,8% e 101,3%, respectivamente, do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- (b) Os recursos aplicados no exterior (Nova York - EUA) em MMDA são rentabilizados a uma taxa prefixada de 0,1% ao ano.

As aplicações financeiras mencionadas têm liquidez imediata e seus valores de mercado não diferem dos valores contabilizados.

**5. CONTAS A RECEBER OPERACIONAIS**

	Controladora		Consolidado	
	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Antecipação de recebíveis (a)	2.244.606	2.178.161	2.244.606	2.178.161
Trava de domicílio bancário (b)	3.354	2.902	3.354	2.902
Serviços de interconexão de rede eletrônica entre operadoras de saúde (c)	-	-	6.563	5.624
Serviço de captura e processamento de cartão vale-refeição e vale-transporte (d)	3.949	3.799	3.949	3.799
Contas a receber de serviços de “mobile payment” (e)	-	-	31.648	11.743
Contestações de portadores de cartões de crédito (f)	39.649	234	39.649	234
Outras contas a receber	<u>654</u>	<u>7.819</u>	<u>6.928</u>	<u>7.819</u>
Total	<u>2.292.212</u>	<u>2.192.915</u>	<u>2.336.697</u>	<u>2.210.282</u>

## Notas Explicativas

- (a) A Sociedade iniciou em 1º de setembro de 2008 e 5 de janeiro de 2009 a prestação de serviços de antecipação de recebíveis dos créditos à vista e parcelados, respectivamente, à sua rede de estabelecimentos comerciais credenciados. Em 30 de junho de 2011, o saldo corresponde às operações de antecipação de recebíveis realizadas que serão recebidas dos bancos emissores em até 360 dias da data de antecipação aos estabelecimentos comerciais.

Em 30 de junho de 2011, o referido montante está líquido do ajuste a valor presente referente à receita financeira recebida antecipadamente na data da liberação do numerário, no total de R\$81.605 (R\$76.333 em 31 de dezembro de 2010).

- (b) A Sociedade oferece aos bancos emissores o serviço de trava de domicílio bancário mediante autorização prévia do estabelecimento comercial para bloquear qualquer transferência de recebíveis desse estabelecimento para outro banco. Por esse serviço, a Sociedade recebe comissão, a qual é liquidada no mês subsequente à solicitação da trava de domicílio bancário pelos bancos emissores.
- (c) Contas a receber da controlada em conjunto Orizon decorrentes da prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica, em plataforma tecnológica única, objetivando a troca de informações entre as operadoras de saúde e os prestadores de serviços médicos e hospitalares e quaisquer outros agentes do sistema de saúde suplementar e drogarias.
- (d) Contas a receber da Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - CBSS decorrentes da prestação de serviços de captura e processamento de cartões de vale-refeição e vale-transporte.
- (e) Contas a receber de portadores de cartões de crédito e débito referentes a serviços de pagamentos eletrônicos e venda de crédito de celulares realizados pelas controladas M4 Produtos e Multidisplay.
- (f) Corresponde substancialmente a saldos a receber de contestação de portadores de cartão de crédito.

O saldo da rubrica “Contas a receber operacional”, por período de vencimento, está apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
A vencer	2.252.563	2.192.681	2.297.048	2.210.048
Vencidos até 45 dias	<u>39.649</u>	<u>234</u>	<u>39.649</u>	<u>234</u>
Total	<u>2.292.212</u>	<u>2.192.915</u>	<u>2.336.697</u>	<u>2.210.282</u>

## 6. DIREITOS A RECEBER - SECURITIZAÇÃO NO EXTERIOR

Referem-se aos direitos a receber do Banco Bradesco S.A. e do Banco do Brasil S.A., contratados em julho de 2003, no montante de US\$500 milhões, dividido em US\$100 milhões e US\$400 milhões, respectivamente, com taxas de juros de 4,777% e 5,911% ao ano e prazo de vencimento de oito anos com amortizações trimestrais e carência de dois anos.

Em 30 de junho de 2011 não há saldo de principal e juros a receber do Banco Bradesco S.A. e do Banco do Brasil S.A., considerando que a operação de securitização de recebíveis no exterior foi liquidada durante o primeiro semestre de 2011.

**Notas Explicativas****7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS**

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões temporariamente indedutíveis e estão classificados no não circulante.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. Os valores apresentados são revisados mensalmente.

A composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Diferenças temporárias:				
Provisão para riscos	186.405	165.934	196.850	175.496
Provisão para despesas diversas	59.354	52.075	58.402	52.405
Ajuste a valor presente do contas a receber de antecipação de recebíveis	27.746	25.953	27.746	25.953
Provisão para perdas com equipamentos POS	<u>1.438</u>	<u>1.362</u>	<u>1.438</u>	<u>1.362</u>
Total	<u>274.943</u>	<u>245.324</u>	<u>284.436</u>	<u>255.216</u>

**8. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO**

	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Em controladas	132.775	44.253
Em controladas em conjunto	<u>33.708</u>	<u>31.835</u>
Total	<u>166.483</u>	<u>76.088</u>

**Principais informações sobre as controladas, controladas em conjunto e controladas indiretas**

	Patrimônio líquido		Lucro (prejuízo) do semestre		Participação - %		Equivalência patrimonial		Investimento	
	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>30.06.2011</u>	<u>30.06.2010</u>	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>30.06.2011</u>	<u>30.06.2010</u>	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Servinet	19.574	17.902	1.672	(7.527)	99,99	99,99	1.672	(7.527)	19.574	17.902
Servrede	27.150	26.350	800	(7)	99,99	99,99	800	(7)	27.150	26.350
Orizon (a)										
e (b)	96.673	92.101	4.572	1.112	40,95	40,95	1.872	455	33.708	31.835
CieloPar	86.051	-	(2.950)	-	99,99	99,99	(2.950)	-	<u>86.051</u>	<u>1</u>
Total							<u>1.394</u>	<u>(7.079)</u>	<u>166.483</u>	<u>76.088</u>

**Notas Explicativas**Controladas em conjunto de forma indireta

	Patrimônio líquido		Lucro (prejuízo) do semestre		Participação - %	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	30.06.2010	30.06.2011	31.12.2010
	Prevsáude (b)	947	(93)	1.040	(918)	40,95
Precisa (b)	8.876	8.855	21	(551)	40,95	40,95
Multidisplay (b)	8.650	7.674	3.976	-	50,10	50,10
M4 (b)	7.445	6.859	2.886	-	50,10	50,10
Paggo Soluções (b)	102.548	-	(5.899)	-	50,00	-
Braspag (b)	1.624	-	-	-	100,00	-

(a) O valor de R\$5.880 não está refletido no saldo de investimento, pois, conforme mencionado na nota explicativa nº 10, refere-se ao ganho não realizado por aporte de capital com ágio inicialmente refletido na CBGS Ltda. e, devido à incorporação, foi transferido para a controlada indireta CBGS.

(b) Foram utilizadas as demonstrações financeiras de 31 de maio de 2011 para efeito de cálculo dos investimentos em 30 de junho de 2011. Dessa forma, os resultados da equivalência patrimonial referem-se aos períodos de seis meses findos em 31 de maio de 2011 e de 2010.

A movimentação dos investimentos no semestre findo em 30 de junho de 2011 é como segue:

31 de dezembro de 2010	76.088
Aumento de capital em controladas- CieloPar	89.001
Equivalência patrimonial	<u>1.394</u>
30 de junho de 2011	<u>166.483</u>

**9. IMOBILIZADO**

	Taxa anual de depreciação - %	Controladora			
		30.06.2011		31.12.2010	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos POS (*)	33	756.801	(433.049)	323.752	326.942
Equipamentos de processamento de dados	20	26.504	(18.600)	7.904	8.988
Máquinas e equipamentos	10	67.401	(64.274)	3.127	3.835
Instalações	10	12.065	(6.642)	5.423	2.742
Móveis e utensílios	10	5.277	(2.412)	2.865	2.981
Veículos	20	<u>1.450</u>	<u>(586)</u>	<u>864</u>	<u>1.010</u>
Total		<u>869.498</u>	<u>(525.563)</u>	<u>343.935</u>	<u>346.498</u>

	Taxa anual de depreciação - %	Consolidado			
		30.06.2011		31.12.2010	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos POS (*)	33	759.791	(435.635)	324.156	327.488
Equipamentos de processamento de dados	20	35.030	(24.112)	10.918	11.945
Máquinas e equipamentos	10	71.594	(67.930)	3.664	4.294
Instalações	10	24.871	(11.986)	12.885	10.535
Móveis e utensílios	10	8.733	(3.983)	4.750	5.018
Veículos	20	<u>1.456</u>	<u>(613)</u>	<u>843</u>	<u>1.010</u>
Total		<u>901.475</u>	<u>(544.259)</u>	<u>357.216</u>	<u>360.290</u>

(\*) Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, está contabilizada provisão para perdas de equipamentos POS, no montante de R\$4.229 e R\$4.007, respectivamente, como redutora do saldo da respectiva conta.

**Notas Explicativas**

A movimentação do imobilizado no semestre findo em 30 de junho de 2011 é como segue:

	Controladora				
	<u>31.12.2010</u>	<u>Adições/ transferências</u>	<u>Baixas</u>	<u>Depreciações</u>	<u>30.06.2011</u>
Equipamentos POS	326.942	97.975	(6.430)	(94.735)	323.752
Equipamentos de processamento de dados	8.988	704	-	(1.788)	7.904
Máquinas e equipamentos	3.835	-	-	(708)	3.127
Instalações	2.742	2.926	-	(245)	5.423
Móveis e utensílios	2.981	120	-	(236)	2.865
Veículos	<u>1.010</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(146)</u>	<u>864</u>
Total	<u>346.498</u>	<u>101.725</u>	<u>(6.430)</u>	<u>(97.858)</u>	<u>343.935</u>

	Consolidado					
	<u>31.12.2010</u>	<u>Adições/ transferências</u>	<u>Baixas/ reversões</u>	<u>Depreciações</u>	<u>Acervo líquido incorporado</u>	<u>30.06.2011</u>
Equipamentos POS	327.488	97.975	(6.434)	(94.873)	-	324.156
Equipamentos de processamento de dados	11.945	1.032	(3)	(2.205)	149	10.918
Máquinas e equipamentos	4.294	112	-	(750)	8	3.663
Instalações	10.535	3.567	(334)	(893)	10	12.885
Móveis e utensílios	5.018	189	(142)	(373)	58	4.750
Veículos	<u>1.010</u>	<u>2</u>	<u>(10)</u>	<u>(159)</u>	<u>-</u>	<u>844</u>
Total	<u>360.290</u>	<u>102.877</u>	<u>(6.923)</u>	<u>(99.253)</u>	<u>225</u>	<u>357.216</u>

Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, existem ativos imobilizados, advindos de operações de arrendamento financeiro, representados apenas por ativos classificados como equipamentos de processamento de dados, com valores líquidos de R\$265 e R\$409, respectivamente. O prazo médio residual de depreciação desses equipamentos é de aproximadamente três anos. As depreciações dos equipamentos de informática adquiridos através de operações de arrendamento mercantil nos semestres findos em 30 de junho de 2011 e de 2010, registradas na rubrica “Despesas gerais e administrativas”, montam a R\$144 e R\$1.438, respectivamente.

Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a Sociedade não possuía saldos de arrendamento financeiro a pagar.

## Notas Explicativas

### 10. ÁGIO NA AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTOS

A composição analítica dos ágios em 30 de junho de 2011 está apresentada a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Projeto Saúde:		
Ágio na aquisição de controlada (a)	26.269	26.269
Reclassificação de benefício fiscal de ágio incorporado pela Orizon	-	13.532
Prevsauúde	-	3.179
Precisa	-	1.457
M4 Produtos	-	31.348
Paggo Soluções	-	(5.224)
Braspag	<u>-</u>	<u>38.376</u>
	26.269	108.937
Provisão para perdas com ágio	(16.126)	(16.126)
Lucro não realizado (b)	<u>-</u>	<u>(5.880)</u>
Total	<u>10.143</u>	<u>86.931</u>

(a) Na apuração do resultado de equivalência patrimonial de 2009 sobre as controladas CBGS Ltda. e CBGS foram eliminados dos resultados daquelas sociedades os efeitos das provisões para a manutenção da integridade do patrimônio líquido (“PMIPL”), nos valores de R\$11.064 e R\$15.205, respectivamente, uma vez que tais efeitos relativos aos ágios originalmente registrados naquelas demonstrações financeiras foram reconstituídos na controladora, conforme previsto nas Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01, considerando que as incorporações efetuadas durante o exercício de 2009 não alteraram a essência econômica daqueles ágios. A reconstituição dos ágios foi registrada em contrapartida da rubrica “Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas”.

(b) Corresponde à eliminação do ganho de capital nas demonstrações financeiras consolidadas, gerado no aporte do investimento da CBGS Ltda. na Orizon a valor de mercado na sua então controlada em conjunto CBGS, na proporção da participação que a CBGS Ltda. detinha no capital social da CBGS.

#### Projeto Saúde

Em 2 de janeiro de 2008 a CBGS subscreveu em favor da controladora CBGS Ltda. 693.480 novas ações ordinárias, sem valor nominal, pelo montante de R\$139.045, representando o valor justo na data.

Como parte do pagamento, a CBGS Ltda. entregou a totalidade das ações representativas do capital social da Polimed Ltda. e Dativa Conectividade em Saúde Ltda. pelo montante de R\$71.691, transferindo o ágio na aquisição dessas controladas nos montantes de R\$47.145 e R\$9.108, respectivamente, líquidos da amortização incorrida até a data da transação, gerando um contas a pagar de R\$67.354 que seria integralizado em até dois anos após a transação. Adicionalmente, em decorrência da parcela integralizada em dinheiro, a CBGS Ltda. gerou ágio de R\$16.764, líquido da provisão para perdas e da amortização incorrida até 31 de dezembro de 2008.

Os ágios gerados no processo de subscrição do capital da CBGS Ltda. estão apresentados a seguir:

**Notas Explicativas**

	<u>Ágio</u>	<u>Participação</u> - %	<u>Líquido</u>
Ágio registrado na CBGS Ltda., decorrente da compra de participação de 40,95% do capital social da CBGS	55.880	99,99	55.880
Provisão para perdas com ágio	<u>(39.116)</u>	99,99	<u>(39.116)</u>
	16.764		16.764
Ágio registrado na controlada em conjunto CBGS:			
Orizon	47.145	40,95	19.306
Dativa	<u>9.108</u>	40,95	<u>3.731</u>
	<u>73.017</u>		<u>39.801</u>

Aquisição do controle - Prevsáude e Precisa

Em 16 de março de 2009, a controlada em conjunto CBGS adquiriu a totalidade das cotas representativas do capital social das empresas Prevsáude e Precisa. O valor do investimento registrado contabilmente pela CBGS inclui ágio na aquisição das cotas no montante de R\$11.322, o qual estava fundamentado na expectativa de lucratividade futura daquelas sociedades, em face do acréscimo operacional previsto para os anos posteriores ao da aquisição.

	<u>Ágio</u>	<u>Participação</u> - %	<u>Líquido</u>
Prevsáude	7.765	40,95	3.179
Precisa	<u>3.557</u>	40,95	<u>1.457</u>
	<u>11.322</u>		<u>4.636</u>

Aquisição do controle - M4U

Conforme a nota explicativa nº 1, em agosto de 2010 a controlada Servrede adquiriu 50,1% das ações representativas do capital social da Multidisplay e de sua controlada integral M4 Produtos. O ágio, conforme o CPC 15 - Combinação de Negócios, foi mensurado como o valor em que a soma: (a) da contraprestação transferida em troca do controle da adquirida; e (b) do valor das participações de não controladores na adquirida excedeu o valor líquido (na data de aquisição) dos ativos identificáveis adquiridos.

O valor do investimento registrado contabilmente pela Servrede inclui ágio na aquisição das cotas no montante de R\$31.348, gerado conforme segue:

Ativos líquidos adquiridos	2.300
(-) Preço total de compra considerado	<u>50.650</u>
	48.350
(-) Valor justo dos ativos adquiridos	<u>17.002</u>
Ágio	<u>31.348</u>

O valor justo dos contratos de prestação de serviços, da plataforma de softwares e das cláusulas de não competição (ativos adquiridos identificáveis) da M4U em agosto de 2010 foi reconhecido com base em laudo elaborado por avaliadores independentes. A avaliação, que está em conformidade com as Normas Internacionais de Avaliação, foi efetuada utilizando como base as evidências no mercado relacionadas a preços de transações similares.

## Notas Explicativas

### Aquisição de participação - Paggo Soluções

Conforme a nota explicativa nº 1, em 28 de fevereiro de 2011 foi concluída a aquisição de 50% das ações do capital social da Paggo Soluções pelo valor de R\$47.000, pago integralmente na data da aquisição.

O valor do investimento registrado contabilmente pela CieloPar inclui deságio na aquisição das ações no montante de R\$5.224, gerado conforme segue:

Ativos líquidos adquiridos	52.224
(-) Preço total de compra considerado	<u>47.000</u>
Deságio	<u>(5.224)</u>

Até a data de encerramento das demonstrações financeiras em 30 de junho de 2011, o laudo de avaliação que servirá de base para a alocação do ágio/deságio gerado na aquisição da Paggo Soluções estava em fase de elaboração. Considerando que a conclusão do referido laudo de avaliação está prevista para ocorrer até o final do exercício 2011 e, como consequência, dentro do período de mensuração, nas demonstrações financeiras do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2011, serão reconhecidos retroativamente os ajustes aos valores registrados quando da aquisição, como se a combinação de negócios tivesse sido completada na data de aquisição.

### Aquisição do controle - Braspag

Em 23 de maio de 2011 foi concluída a aquisição de 100% das ações do capital social da Braspag pelo valor de R\$40.000, pago integralmente na data da aquisição.

O valor do investimento registrado contabilmente pela CieloPar na Braspag inclui ágio na aquisição das ações no montante de R\$38.375, gerado conforme segue:

Ativos líquidos adquiridos	1.625
(-) Preço total de compra considerado	<u>40.000</u>
Ágio	<u>38.375</u>

Até a data de encerramento das demonstrações financeiras em 30 de junho de 2011, o laudo de avaliação que servirá de base para a alocação do ágio gerado na aquisição da Braspag se encontrava em fase de elaboração.

Considerando que a conclusão do referido laudo de avaliação está prevista para ocorrer até o final do exercício 2011 e, como consequência, dentro do período de mensuração, nas demonstrações financeiras do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2011, serão reconhecidos retroativamente os ajustes aos valores registrados quando da aquisição, como se a combinação de negócios tivesse sido completada na data de aquisição.

**Notas Explicativas****11. OUTROS INTANGÍVEIS**

	Taxa anual de amortização - %	Custo	Controladora				
			30.06.2011		31.12.2010		
			Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Líquido	
Software (a)	20	97.524	(71.509)	26.015	20.012		
Desenvolvimento de projetos (b)	20	<u>25.044</u>	<u>(6.062)</u>	<u>18.982</u>	<u>20.055</u>		
		<u>122.568</u>	<u>(77.571)</u>	<u>44.997</u>	<u>40.067</u>		
Consolidado							
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Acervo líquido adquirido			
				30.06.2011		31.12.2010	
				Líquido	Líquido	Líquido	
Software (a)	20	103.860	(76.863)	52.728	79.725	23.247	
Desenvolvimento de projetos (b)	20	25.044	(6.062)	-	18.982	20.055	
Acordo de não competição (c)	13,5	15.197	(1.489)	-	13.708	14.758	
Contratos de serviços (c)	4	<u>17.810</u>	<u>(1.750)</u>	<u>-</u>	<u>16.060</u>	<u>17.446</u>	
		<u>161.911</u>	<u>(86.164)</u>	<u>52.728</u>	<u>128.475</u>	<u>75.506</u>	

- (a) Refere-se a itens adquiridos de terceiros e utilizados na prestação de serviços de processamento de informações e transações comerciais de clientes. Não há software individualmente relevante. Adicionalmente, em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, está contabilizada a provisão para softwares descontinuados de R\$4.200 e R\$2.200, respectivamente, como redutora do saldo da respectiva conta.
- (b) Representa gastos com desenvolvimento de novos produtos e serviços que visam incrementar o faturamento e a receita da Sociedade e de suas controladas.
- (c) Correspondem a alocações do ágio na aquisição do controle da M4 Produtos e da Multidisplay, determinado através de laudo elaborado por empresa especializada na data da aquisição. Os principais componentes dos cálculos dos ativos intangíveis são como segue:
- O valor do acordo de não competição (“with and without”) foi calculado através da metodologia do “Income Approach”, utilizando-se uma taxa de desconto de 17,5% ao ano, perpetuidade de 4% ao ano e vida útil estimada de 89 meses.
  - Os quatro contratos de serviços com operadoras de telecomunicações foram avaliados de acordo com o fluxo de caixa descontado de cada contrato, utilizando uma taxa de desconto de 16,5% ao ano, durante a vida útil residual de cada contrato, de aproximadamente 53 meses.

A movimentação do intangível no semestre findo em 30 de junho de 2011 é como segue:

	Controladora			
	31.12.2010	Adições	Amortizações	30.06.2011
Software	20.012	12.911	(6.908)	26.015
Desenvolvimento de projetos	<u>20.055</u>	<u>430</u>	<u>(1.503)</u>	<u>18.982</u>
Total	<u>40.067</u>	<u>13.341</u>	<u>(8.411)</u>	<u>44.997</u>

**Notas Explicativas**

	Consolidado				Acervo líquido adquirido	30.06.2011
	31.12.2010	Adições/ transferências	Baixas/ reversões	Amortizações		
Software	23.247	13.004	(62)	(9.192)	52.728	79.725
Desenvolvimento de projetos	20.055	430	-	(1.503)	-	18.982
Acordo de não competição	14.758	-	-	(1.050)	-	13.708
Contratos de serviços	<u>17.446</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.386)</u>	<u>-</u>	<u>16.060</u>
Total	<u>75.506</u>	<u>13.434</u>	<u>(62)</u>	<u>(13.131)</u>	<u>52.728</u>	<u>128.475</u>

As despesas com amortização de intangível foram registradas na rubrica “Despesas gerais e administrativas” na demonstração do resultado.

**12. TRANSAÇÕES PENDENTES DE REPASSE**

Os valores devidos pelos portadores de cartões de crédito por intermédio dos bancos emissores e os valores a serem repassados aos estabelecimentos comerciais estão registrados em contas de compensação. Em 30 de junho de 2011, os saldos correspondem a R\$27.442.627 (R\$26.610.870 em 31 de dezembro de 2010) e R\$29.002.369 (R\$27.779.310 em 31 de dezembro de 2010), respectivamente.

Adicionalmente à prestação de serviço de repasse dos montantes transacionados nos cartões de crédito entre os bancos emissores e os estabelecimentos comerciais, a Sociedade também garante aos estabelecimentos comerciais afiliados ao sistema que eles receberão de qualquer forma os repasses das transações de cartões de crédito.

Conforme descrito na nota explicativa nº 26.b), a Sociedade dispõe de instrumento para mitigação de risco de crédito dos bancos emissores dos cartões, com o intuito de proteger-se quanto a eventual risco de “default” dessas instituições. Com base no valor irrelevante de histórico de perdas da Sociedade em virtude de inadimplência de bancos emissores e atuais riscos de crédito dessas instituições financeiras, a Sociedade estima que o valor justo das garantias aos estabelecimentos comerciais não é relevante e, portanto, não é contabilizado como passivo.

**13. CONTAS A PAGAR A ESTABELECIMENTOS**

O montante de R\$1.559.742 em 30 de junho de 2011 (R\$1.168.440 em 31 de dezembro de 2010) corresponde à diferença entre os valores recebidos dos portadores de cartões por intermédio dos bancos emissores e os montantes a serem repassados aos estabelecimentos. De forma geral, o prazo de recebimento dos emissores é de 27 dias e o prazo médio de liquidação aos estabelecimentos comerciais é de 30 dias a partir da data da transação. Portanto, esse saldo a pagar em 30 de junho de 2011 corresponde ao “float” de aproximadamente três dias.

**Notas Explicativas**

## 14. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Fornecedores	66.141	59.115	115.670	69.583
Provisão para pagamento a fornecedores	<u>114.417</u>	<u>86.760</u>	<u>114.626</u>	<u>111.178</u>
Total	<u>180.558</u>	<u>145.875</u>	<u>230.296</u>	<u>180.761</u>

## 15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Imposto de renda e contribuição social, líquidos de antecipações efetuadas	182.045	370.915	183.205	371.947
Imposto Sobre Serviços – ISS	3.863	5.994	5.023	6.625
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	4.917	8.056	5.286	8.525
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins	11.725	14.676	12.751	15.217
Programa de Integração Social – PIS	4.211	5.588	4.542	5.835
Outros tributos a recolher	<u>37</u>	<u>122</u>	<u>680</u>	<u>893</u>
Total	<u>206.798</u>	<u>405.351</u>	<u>211.487</u>	<u>409.042</u>

## 16. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Passivo circulante:				
Provisão para despesas diversas	24.584	20.506	25.001	20.779
Provisão para férias e encargos	18.562	15.939	28.433	22.648
Participação dos colaboradores e diretores	17.896	34.796	25.300	43.755
Outros valores a pagar	<u>-</u>	<u>8.607</u>	<u>2.472</u>	<u>10.015</u>
Total	<u>61.042</u>	<u>79.848</u>	<u>81.206</u>	<u>97.197</u>
Passivo não circulante:				
Contas a pagar - aquisição de controladas (a)	-	-	25.050	25.050
Provisão para retenção de executivos (b)	8.653	5.452	8.653	5.452
Outros valores a pagar	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>576</u>	<u>1.084</u>
Total	<u>8.653</u>	<u>5.452</u>	<u>34.279</u>	<u>31.586</u>

(a) Saldo remanescente a ser pago em conexão com a aquisição da Multidisplay e da M4 Produtos, condicionado ao cumprimento de determinadas metas de performance financeira, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

## Notas Explicativas

- (b) Refere-se ao Plano de Retenção de Executivos, aprovado pelo Conselho de Administração em novembro de 2009, aplicável aos principais executivos da Sociedade, que considera resultados do negócio e permanência deles na Sociedade por um período de três anos, sendo a despesa e respectiva provisão registradas ao longo do prazo de vigência do referido plano.

### 17. PROVISÃO PARA RISCOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

#### a) Provisão para riscos

A Sociedade e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias e trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes e quanto às ações trabalhistas e cíveis, bem como na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir os prováveis desembolsos futuros de caixa estimados com as ações em curso, como segue:

	Controladora				
	31.12.2010	Adições (a)	Baixas/ reversões (b)	Atualização monetária	30.06.2011
Fiscais	474.040	54.939	(23)	284	529.240
Cíveis	7.373	2.259	(1.743)	981	8.870
Trabalhistas	<u>13.687</u>	<u>5.741</u>	<u>(2.423)</u>	<u>194</u>	<u>17.199</u>
	<u>495.100</u>	<u>62.939</u>	<u>(4.189)</u>	<u>1.459</u>	<u>555.309</u>

	Consolidado					
	31.12.2010	Adições (a)	Baixas/ reversões (b)	Atualização monetária	Pagamentos	30.06.2011
Fiscais	496.683	54.939	(23)	467	(303)	551.763
Cíveis	7.373	2.259	(1.743)	981	-	8.870
Trabalhistas	<u>19.577</u>	<u>11.091</u>	<u>(5.352)</u>	<u>222</u>	<u>-</u>	<u>25.538</u>
	<u>523.633</u>	<u>68.289</u>	<u>(7.118)</u>	<u>1.670</u>	<u>(303)</u>	<u>586.171</u>

- (a) Correspondem substancialmente ao complemento da provisão para riscos no semestre findo em 30 de junho de 2011, referente a tributos com exigibilidade suspensa, registrada em contrapartida de “Despesas gerais e administrativas” e “Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.
- (b) Substancialmente representadas pela reversão de provisão para riscos trabalhistas, em virtude de prescrição ou mudança de opinião quanto ao risco de perda pelos assessores jurídicos da Sociedade.

## Notas Explicativas

### Processos cíveis

Referem-se substancialmente à cobrança de transações realizadas por meio do sistema da Sociedade que não foram repassadas aos estabelecimentos comerciais em virtude do descumprimento de cláusulas que compõem o contrato de afiliação, adicionadas de indenizações pelos prejuízos causados pelas transações não repassadas à época. Em 30 de junho de 2011, a provisão para perdas prováveis em ações cíveis é de R\$8.870 (Controladora e Consolidado).

Adicionalmente, em 30 de junho de 2011, existem ações cíveis públicas e inquéritos civis, geralmente movidos pelo Ministério Público ou por entidades de classe, cuja intenção é defender interesses coletivos (como direitos do consumidor e direitos trabalhistas). As decisões pronunciadas pela Justiça nesses casos podem conceder direito a grupos de pessoas (mesmo sem sua concordância). Em muitas situações, a definição do grupo que aproveitará uma eventual decisão favorável só é feita após a decisão final.

### Processos trabalhistas

Referem-se a diversas demandas trabalhistas que, em 30 de junho de 2011, incluíam 232 ações trabalhistas contra a Cielo e 69 contra a Servinet, das quais 101 haviam sido movidas por ex-empregados. As ações trabalhistas restantes, 200 no total, foram movidas por empregados de terceiros contratados, alguns dos quais pleiteando o reconhecimento de vínculo empregatício.

As ações trabalhistas, quando iniciadas, são consideradas como de probabilidade de perda possível. Somente após decisão do Tribunal elas são reclassificadas como de probabilidade de perda provável ou remota, dependendo do teor da decisão e considerando o histórico de perdas em ações similares. Em geral, as ações trabalhistas são referentes a equiparação salarial, horas extras, reflexo do bônus anual, enquadramento sindical, reconhecimento de vínculo, estabilidade decorrente de doença profissional e dano moral.

Em 30 de junho de 2011, a provisão para perdas prováveis em ações trabalhistas é de R\$17.199 (Controladora) e de R\$25.538 (Consolidado).

### Processos tributários

Correspondem à divergência de interpretação em relação à autoridade fiscal, substancialmente quanto a:

- Cofins - não comutatividade - a Sociedade e sua controlada Servinet, em fevereiro de 2004, impetraram mandado de segurança visando afastar a exigibilidade da Cofins nos moldes da Lei nº 10.833/03, que introduziu a sistemática de apuração pelo método não cumulativo à alíquota de 7,6%, e passaram a efetuar o depósito judicial dos valores apurados mensalmente. Como consequência, desde então a diferença entre o imposto devido calculado pela alíquota estabelecida pela sistemática cumulativa e pela não cumulativa vem sendo registrada como provisão para riscos. Os montantes não recolhidos desse tributo estão sendo depositados judicialmente. Em 30 de junho de 2011, o valor dessa provisão para riscos é de R\$516.935 - Controladora (R\$537.491 - Consolidado) e o saldo do depósito judicial é de R\$516.935 - Controladora (R\$530.263 - Consolidado). A ação encontra-se no Supremo Tribunal Federal aguardando julgamento.

## Notas Explicativas

- Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM - em 2007, a Sociedade sofreu auto de infração referente ao ano-calendário 2002, exercício 2003. A Receita Federal do Brasil alega a não apresentação do Pedido de Revisão de Ordem de Emissão de Incentivos Fiscais - PERC nos prazos requeridos e, assim, não reconhece a parcela do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ destinado ao FINAM. Está sendo aguardada a distribuição do Recurso Voluntário para a Câmara do 1º Conselho de Contribuintes. Em 30 de junho de 2011, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$11.667 (Controladora e Consolidado).
- PIS/PASEP MP nº 212/95 - em abril de 1997, a controlada Servinet obteve a liminar para desobrigá-la do recolhimento das contribuições destinadas ao PIS com base no faturamento. A União interpôs Recurso de Apelação e obteve decisão favorável. Em 26 de agosto de 2010, a controlada entrou com manifestação de prescrição da dívida na Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 3ª Região/SP. Em 30 de junho de 2011, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$1.858 (Consolidado).

A Sociedade e suas controladas possuem outras divergências de interpretação em relação às autoridades fiscais e, para isso, têm provisões para contingências constituídas em 30 de junho de 2011 nos montantes de R\$638 (Controladora) e R\$747 (Consolidado).

A Administração da Sociedade e de suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que o efetivo desembolso de referidas provisões não ocorrerá antes de 31 de dezembro de 2016.

Adicionalmente, em 30 de junho de 2011, a Sociedade e suas controladas possuem ações fiscais, cíveis e trabalhistas envolvendo riscos de perdas avaliadas como possíveis por seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Fiscais	50.676	68.279
Cíveis	102.794	102.794
Trabalhistas	<u>15.866</u>	<u>19.026</u>
Total	<u>169.336</u>	<u>190.099</u>

### b) Depósitos judiciais

Em 30 de junho de 2011, a Sociedade e suas controladas mantêm depósitos judiciais vinculados às provisões tributárias, trabalhistas e cíveis, os quais estão assim demonstrados:

	<u>Controladora</u>			<u>30.06.2011</u>
	<u>31.12.2010</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	
Fiscais	464.042	59.586	-	523.628
Cíveis	<u>3.203</u>	<u>1.757</u>	(640)	<u>4.320</u>
Total	<u>467.245</u>	<u>61.343</u>	(640)	<u>527.948</u>

**Notas Explicativas**

	Consolidado			<u>30.06.2011</u>
	<u>31.12.2010</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	
Fiscais	485.596	59.593	-	545.189
Cíveis	3.588	2.340	(647)	5.281
Trabalhistas	<u>20</u>	<u>12</u>	<u>-</u>	<u>32</u>
Total	<u>489.204</u>	<u>61.945</u>	<u>(647)</u>	<u>550.502</u>

**18. OBRIGAÇÕES A PAGAR - SECURITIZAÇÃO NO EXTERIOR**

Referem-se à operação de securitização descrita nas notas explicativas nº 1 e nº 6, representando a obrigação de a Sociedade entregar os direitos creditórios denominados em moeda estrangeira gerados ou a serem gerados por ela contra a Visa International Service Association, decorrente, principalmente, de operações de compra de bens/serviços com cartões de crédito e de débito da bandeira VISA nos estabelecimentos comerciais brasileiros realizadas por pessoas físicas residentes e domiciliadas no exterior, que foram objeto de contrato de cessão de fluxo futuro de direitos creditórios para a Brazilian Merchant Voucher Receivables Limited, sociedade de propósito específico constituída em Grand Cayman, que emitiu títulos no mercado internacional, lastreados nos recebíveis cedidos pela Sociedade.

Conforme as disposições do contrato multilateral (“Indenture”) firmado para viabilizar a emissão, a Brazilian Merchant Voucher Receivables Limited pagará a totalidade de suas obrigações referentes à operação de securitização, por meio do fluxo de recebíveis denominados em moeda estrangeira contra a Visa International Service Association.

Os bancos participantes dessa operação (Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A.) firmaram acordo de garantia cruzada pelo qual, no caso de inadimplência de um deles, a outra parte garante a operação, tendo o direito de exercer a opção de compra de ações sobre o total ou uma porção da participação do banco inadimplente no capital social da Sociedade.

A parcela registrada no passivo circulante em 31 de dezembro de 2010 foi liquidada no primeiro semestre de 2011.

**19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Capital social**

O capital social em 30 de junho de 2011 está representado por 545.913.520 ações ordinárias (1.364.783.800 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2010), todas subscritas e integralizadas.

Conforme ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizadas em 29 de abril de 2011, foi aprovado o aumento de capital social da Sociedade no montante de R\$163.836. Para efetivação do aumento de capital social foi utilizada a totalidade do saldo da reserva legal, no montante de R\$20.000, bem como o montante de R\$143.836, proveniente da reserva de orçamento de capital em 31 de dezembro de 2010.

## Notas Explicativas

Conforme mencionado no item (g) a seguir, mediante a movimentação das ações em tesouraria, a quantidade de ações em circulação em 30 de junho de 2011 é de 544.147.054 (1.360.286.034 ações em 31 de dezembro de 2010).

O capital social poderá ser aumentado em até 6.000.000.000 de ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, competente para fixar o preço de missão, as demais condições e os prazos de subscrição e de integralização de ações no limite do capital autorizado. Exceto nos casos descritos a seguir, os acionistas terão preferência para a subscrição de aumento de capital, sendo 30 dias corridos para o exercício desse direito contados a partir da publicação da ata do Conselho de Administração que deliberar o aumento. No limite do capital autorizado, a Sociedade pode outorgar opção de ação de compra ou subscrição de ações a seus administradores e empregados. O Conselho de Administração poderá excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para o seu exercício, na emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta, dentro do limite do capital autorizado. Ainda, o Conselho de Administração deverá dispor sobre as sobras não subscritas em aumento de capital, durante o prazo de exercício de preferência, determinando, antes da venda destas em bolsa de valores em benefício da Sociedade, o rateio, na proporção dos valores subscritos, entre os acionistas que tiverem manifestado, no boletim ou na lista de subscrição, interesse em subscrever as eventuais sobras.

### b) Reserva de capital

Representa os custos com remuneração baseada em ações e os ágios nas subscrições de ações referentes às contribuições de capital por acionistas que ultrapassaram a importância destinada à formação do capital social.

O saldo da reserva de capital em 30 de junho de 2011 é de R\$89.871 (R\$83.532 em 31 de dezembro de 2010).

### c) Reserva de lucros - legal

Está representada pelos montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento do semestre/exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

O saldo da reserva legal em 30 de junho de 2011 é de R\$ 42.412 (R\$20.000 em 31 de dezembro de 2010).

### d) Reserva de lucros - orçamento de capital

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizadas em 29 de abril de 2011, foi aprovada a proposta de orçamento de capital preparada pela Administração da Sociedade, nos termos do artigo 196 da Lei nº6.404 /76 e do artigo 5º, parágrafo único, da Instrução CVM nº469, de 2 de maio de 2008. A referida reserva tem por finalidade permitir a futura aquisição, pela Sociedade, de ações de sua própria emissão.

O saldo da reserva de orçamento de capital em 30 de junho de 2010 é de R\$180.933. (R\$143.836 em 31 de dezembro de 2010).

## Notas Explicativas

### e) Reserva de lucros - Retenção de lucros

Em 30 de junho de 2011, o saldo da conta de reserva de retenção de lucros de R\$805.820 é composto pelo lucro líquido do semestre findo naquela data, de R\$848.232, deduzido o valor da reserva legal de R\$ 42.412.

A destinação da conta de reserva de retenção de lucros será deliberada no encerramento do exercício social, nos termos do estatuto social e da legislação societária.

### f) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Dividendos são reconhecidos como passivo no momento em que são aprovados pelos acionistas da Sociedade. Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo de 50% sobre os lucros auferidos, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que essa reserva atinja 20% do capital social. O eventual saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação da Assembleia Geral. A Sociedade registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito anteriormente.

Durante reunião do Conselho de Administração realizada em 9 de fevereiro de 2011, foi deliberada a distribuição de complemento dos dividendos e juros sobre o capital próprio sobre os lucros, com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, no montante de R\$838.261, sendo R\$7.236 a título de juros sobre o capital próprio e R\$831.025 a título de dividendos. Esses dividendos foram pagos aos acionistas em 31 de março de 2011.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 foram referendados pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2011.

### g) Ações em tesouraria

Em 23 de novembro de 2009, o Conselho de Administração da Sociedade, em consonância com as disposições do artigo 17 do seu Estatuto Social, do artigo 30 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 10/80, conforme alterada, e da Instrução CVM nº 358/02 e de suas alterações posteriores, aprovou a aquisição de até 6.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, de sua própria emissão, para cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria e, em especial, para atender ao exercício das opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Sociedade, sem redução de capital social, dentro do prazo de 180 dias a partir daquela data, com encerramento, portanto, no dia 21 de maio de 2010. Adicionalmente, essas aquisições de ações de emissão pela própria Sociedade estão limitadas ao saldo disponível na conta "Reserva de capital" apurada durante o exercício social, observados os artigos 1º e 12º. da Instrução CVM nº 10/80.

Cabe à Administração da Sociedade definir a oportunidade e a quantidade de ações a ser adquirida, dentro dos limites autorizados.

## Notas Explicativas

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	<u>Ações</u>	<u>Valor</u>	<u>Custo médio - R\$ por ação</u>
Saldo final em 31 de dezembro de 2010	4.497.766	(68.823)	15,32
Exercício de opção de compra de ações:			
Janeiro de 2011	(7.100)	92	12,92
Março de 2011	(4.999)	64	12,94
Abril de 2011	<u>(10.966)</u>	145	12,76
Saldo de ações em tesouraria antes da bonificação	4.474.701		
Aumento das ações em tesouraria em decorrência da bonificação (a)	894.940		
Exercício de opção de compra de ações em maio de 2011	<u>(1.500)</u>	58	38,80
Saldo de ações em tesouraria antes do grupamento	5.368.141		
Redução das ações em tesouraria em decorrência do grupamento (b)	<u>(3.578.761)</u>		
Exercício de opção de compra de ações em junho de 2011	<u>(22.914)</u>	<u>893</u>	<u>38,99</u>
Saldo final em 30 de junho de 2011	<u>1.766.466</u>	<u>(67.571)</u>	<u>38,99</u>

- (a) Bonificação: foram emitidas novas ações ordinárias, atribuindo-se aos acionistas, gratuitamente, a título de bonificação 1 nova ação ordinária para cada lote de 5 ações ordinárias de que fossem titulares, gerando o efeito no total de 894.940 novas ações.
- (b) Grupamento: em maio de 2011, em razão do grupamento na proporção de 3 ações para cada 1 ação, houve um efeito de redução de 3.578.761 na quantidade de ações em circulação.

As ações adquiridas serão mantidas em tesouraria para posterior alienação, cancelamento ou utilização no futuro exercício das opções de compra de ações outorgadas aos administradores e colaboradores da Sociedade.

## 20. LUCRO POR AÇÃO

### a) Movimentação do número de ações ordinárias

<u>Ações emitidas</u>	<u>Ordinárias</u>
Ações em 31 de dezembro de 2010	1.360.286.034
Exercício de opção de compra de ações - janeiro de 2011	7.100
Exercício de opção de compra de ações - março de 2011	4.999
Exercício de opção de compra de ações - abril de 2011	10.966
Efeito da bonificação	<u>272.061.820</u>
Saldo após bonificação	1.632.370.919
Exercício de opção de compra de ações - maio de 2011	1.500
Efeito do grupamento	<u>(1.088.248.279)</u>
Saldo após o grupamento	544.124.140
Exercício de opção de compra de ações - junho de 2011	<u>22.914</u>
Ações em 30 de junho de 2011	<u>544.147.054</u>

### b) Lucro por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e pelo IAS 33 - Resultado por Ação, nas tabelas a seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

**Notas Explicativas**

Em 2 de maio de 2011, houve o aumento do capital social em R\$163.836 mediante capitalização de reserva de orçamento de capital e reserva legal, atribuindo-se aos acionistas, gratuitamente, a título de bonificação, uma nova ação ordinária para cada lote de cinco ações ordinárias. Adicionalmente, em 4 de maio de 2011, foi realizado o grupamento de ações da Sociedade, na proporção de 3 (três) ações para cada 1 (uma) ação representativa do capital social. Esses eventos foram considerados retrospectivamente no cálculo do lucro básico e diluído, como se tivessem ocorrido no início do período mais antigo apresentado, como segue:

Lucro por ação básico

	Controladora		Consolidado	
	<u>30.06.2011</u>	<u>30.06.2010</u>	<u>30.06.2011</u>	<u>30.06.2010</u>
Lucro líquido do semestre disponível para as ações ordinárias	848.232	897.933	850.216	897.933
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	<u>544.140</u>	<u>544.025</u>	<u>544.140</u>	<u>544.025</u>
Lucro por ação (em R\$) – básico	<u>1,5588</u>	<u>1,6505</u>	<u>1,5625</u>	<u>1,6505</u>

Lucro por ação diluído

	Controladora		Consolidado	
	<u>30.06.2011</u>	<u>30.06.2010</u>	<u>30.06.2011</u>	<u>30.06.2010</u>
Lucro líquido do semestre disponível para as ações ordinárias	848.232	897.933	850.216	897.933
Denominador diluído:				
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	544.140	544.025	544.025	544.025
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opção de ações	<u>529</u>	<u>358</u>	<u>358</u>	<u>358</u>
Total (em milhares)	<u>544.669</u>	<u>544.383</u>	<u>544.383</u>	<u>544.383</u>
Lucro por ação (em R\$) - diluído	<u>1,5573</u>	<u>1,6495</u>	<u>1,5618</u>	<u>1,6495</u>

**21. COMPOSIÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA**

	Controladora		Consolidado	
	<u>30.06.2011</u>	<u>30.06.2010</u>	<u>30.06.2011</u>	<u>30.06.2010</u>
Receita de comissões	1.491.484	1.474.653	1.489.933	1.474.653
Receita de aluguel de POS	533.031	598.029	533.483	598.621
Receita de prestação de outros serviços	<u>59.315</u>	<u>50.778</u>	<u>150.055</u>	<u>69.906</u>
Total da receita bruta de serviços	2.083.830	2.123.460	2.173.471	2.143.180
ISS	<u>(209.856)</u>	<u>(213.163)</u>	<u>(225.328)</u>	<u>(219.981)</u>
Total	<u>1.873.974</u>	<u>1.910.297</u>	<u>1.948.143</u>	<u>1.923.199</u>

## Notas Explicativas

### 22. DESPESAS POR NATUREZA

A Sociedade optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função. Conforme requerido pelo CPC e pelas IFRSs, o detalhamento dos custos dos serviços prestados e das despesas operacionais líquidas por natureza está apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	<u>30.06.2011</u>	<u>30.06.2010</u>	<u>30.06.2011</u>	<u>30.06.2010</u>
Despesas com pessoal	101.762	95.763	149.110	121.318
Depreciações e amortizações	106.268	89.742	112.384	90.819
Serviços profissionais ( * )	378.956	342.296	326.873	309.904
Outras despesas	<u>258.101</u>	<u>172.096</u>	<u>324.602</u>	<u>188.895</u>
Total	<u>845.087</u>	<u>699.897</u>	<u>912.969</u>	<u>710.936</u>
Classificadas como:				
Custo dos serviços prestados	578.505	490.394	653.880	509.117
Despesas de pessoal	58.134	53.601	93.513	74.483
Despesas gerais e administrativas	140.238	93.903	95.828	66.469
Marketing	57.473	57.384	57.561	57.467
Outras despesas operacionais	<u>10.737</u>	<u>4.615</u>	<u>12.187</u>	<u>3.400</u>
Total	<u>845.087</u>	<u>699.897</u>	<u>912.969</u>	<u>710.936</u>

(\*) Substancialmente serviços de captura e processamento de transações, telecomunicações, consultorias, manutenções de terminais, suprimentos e demais serviços.

### 23. FILIAL NO EXTERIOR

A Sociedade efetua operações (nota explicativa nº 1) por meio de sua filial em Grand Cayman, Ilhas Britânicas Ocidentais. O saldo das contas patrimoniais e do resultado das operações dessa filial, em 30 de junho de 2011, consolidado com as contas da Sociedade (matriz), após eliminações, é o seguinte: ativos circulante e não circulante - R\$6.634 (R\$49.765 em 31 de dezembro de 2010), passivos circulante e não circulante - não há (R\$42.983 em 31 de dezembro de 2010) e patrimônio líquido - R\$6.634 (R\$6.782 em 31 de dezembro de 2010). O lucro líquido do semestre findo em 30 de junho de 2011 foi de R\$148 (R\$263 no semestre findo em 30 de junho de 2010).

No semestre findo em 30 de junho de 2011, o ganho da variação cambial sobre a tradução das informações financeiras da filial em Grand Cayman, de R\$163 (R\$53 no semestre findo em 30 de junho de 2010), foi registrado na rubrica "Resultado financeiro".

### 24. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

No curso habitual das atividades e em condições de mercado, são mantidas pela Sociedade operações com partes relacionadas, tais como contas a receber dos bancos emissores, que são conglomerados financeiros sobre os quais os acionistas controladores detêm participação acionária, bem como despesas e receitas com serviços prestados pela Servinet, Orizon, Multidisplay e M4 Produtos.

## Notas Explicativas

A Sociedade, na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços, cabendo a decisão pela realização das transações, independentemente de estas serem realizadas entre partes relacionadas ou não, ao responsável da área que motivou a contratação do produto ou serviço.

Ainda, a natureza das atividades da Sociedade faz com que ela celebre contratos com diversos emissores, sendo alguns deles seus acionistas diretos ou indiretos. A Sociedade acredita que em todos os contratos firmados com suas partes relacionadas são observadas condições equânimes de mercado (“arm’s-length basis”).

As tabelas a seguir incluem os saldos em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 e o valor, discriminado por modalidades de contrato, acionistas e controladas, das operações com partes relacionadas em que a Sociedade participa relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2011 e de 2010:

	Controladora							31.12.2010
	30.06.2011							
	Acionistas		Controladas					
	Banco Bradesco S.A.	Banco do Brasil S.A.	Servinet	Orizon	Multidisplay	M4 Produtos	Total	
Ativos (passivos):								
Aplicações financeiras (a)	128.808	17.517	-	-	-	-	146.325	86.107
Contas a receber operacional	354	169	-	-	-	-	523	849
Direitos a receber - securitização no exterior (d)	-	-	-	-	-	-	-	42.983
Contas a receber de controlada	-	-	-	153	-	-	153	165
Contrato de prestação de serviços com a Servinet (f)	-	-	(10.523)	-	-	-	(10.523)	(25.946)

	Controladora							30.06.2010
	30.06.2011							
	Acionistas		Controladas					
	Banco Bradesco S.A.	Banco do Brasil S.A.	Servinet	Orizon	Multidisplay	M4 Produtos	Total	
Receitas:								
Receitas de aplicações financeiras (a)	6.533	2.035	-	-	-	-	8.568	7.398
Receitas de prestação de outros serviços (b)	2.590	1.220	-	-	290	1.370	5.470	4.196
Receitas de aluguel de equipamentos POS (c)	-	-	-	981	-	-	981	846
Receita de securitização de recebíveis no exterior (d)	884	712	-	-	-	-	1.596	1.415
Despesas:								
Outras despesas operacionais (e)	(5.067)	(974)	-	-	-	-	(6.041)	(5.598)
Contratos de prestação de serviços com a Servinet (f)	-	-	(56.064)	-	-	-	(56.064)	(36.035)

## Notas Explicativas

- (a) As aplicações financeiras, quanto a prazos, encargos e taxas de remuneração, foram realizadas em condições semelhantes às que seriam aplicáveis a partes não relacionadas.
- (b) Correspondem a serviços de prevenção a fraude e trava de domicílio bancário prestados pela Sociedade aos bancos acionistas e comissão sobre processamento de transações para a M4 Produtos e Multidisplay. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com outros bancos emissores.
- (c) Vide nota explicativa nº 5.(c).
- (d) Vide nota explicativa nº 6.
- (e) Serviços contratados com bancos acionistas, referentes a: (i) seguro de vida coletivo empresarial; (ii) seguros hospitalar e odontológico; e (iii) contrato de previdência privada. A Sociedade entende que as condições financeiras praticadas pelos bancos acionistas, quanto a preços, prazos e demais condições, foram realizadas em condições semelhantes àquelas praticadas com terceiros.
- (f) A Sociedade contratou a Servinet para prestar serviços de instalação e manutenção dos equipamentos POS nos estabelecimentos comerciais. A remuneração prevista pelos serviços prestados é estabelecida com base nos custos incorridos pela Servinet quando da prestação dos referidos serviços, acrescidos de impostos e contribuições, bem como de margem de remuneração.

### Principais transações com partes relacionadas

- Saldos de bancos emissores

Os valores a receber de bancos emissores, apresentados líquidos na rubrica “Contas a pagar a estabelecimentos”, referem-se aos montantes devidos pelos emissores à Sociedade decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito, os quais serão posteriormente repassados pela Sociedade aos estabelecimentos credenciados. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais emissores de cartões de crédito ou de débito autorizados pelas bandeiras VISA e MASTERCARD.

- Incentivos a bancos domicílio

A Sociedade detém contratos com bancos domicílio que visam incentivar os faturamentos de comissões e operações de antecipações de recebíveis. Nesses contratos, a Sociedade remunera os bancos de acordo com metas de performance neles estabelecidas.

- Trava de domicílio bancário

É decorrente de contratos de prestação de serviços de trava de domicílio bancário firmados com vários bancos, cujo serviço consiste em assegurar aos bancos a trava do domicílio bancário dos estabelecimentos credenciados que venham a efetuar operações financeiras com eles. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais bancos domicílio.

- Escrituração de ações da Cielo

Contrato de prestação de serviços de escrituração de ações da Cielo firmado com o Banco Bradesco S.A. pelo qual este presta serviços de escrituração de ações e de agente emissor de certificados de ações de emissão da Sociedade.

## Notas Explicativas

- Serviços operacionais - programa de emissão de ações

Contrato que consiste na prestação de serviços operacionais para o programa de opções de ações (“stock options”) e respectivas outorgas firmado com a Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.

- Outros contratos pulverizados

Além dos saldos registrados, a Sociedade mantém outros serviços contratados com os principais acionistas, a saber:

- Serviços de “Cash Management”.
- Seguros contratados.
- Serviços de previdência complementar.
- Cartão de crédito corporativo.
- Garantias internacionais.
- Serviço de pagamento a fornecedores.
- Outros.

## 25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A seguir está demonstrada a taxa efetiva do imposto de renda e da contribuição social para os semestres findos em 30 de junho de 2011 e de 2010:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	30.06.2010	30.06.2011	30.06.2010
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	1.267.259	1.365.704	1.272.993	1.369.065
Alíquotas vigentes - %	<u>34</u>	<u>34</u>	<u>34</u>	<u>34</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(430.868)	(464.339)	(432.818)	(465.482)
Benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio	-	3.312	-	3.312
Incentivos fiscais (a)	7.350	2.962	7.350	2.962
Efeito sobre diferenças permanentes, líquidas (b)	<u>4.491</u>	<u>(9.706)</u>	<u>2.691</u>	<u>(11.924)</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(419.027)</u>	<u>(467.771)</u>	<u>(422.777)</u>	<u>(471.132)</u>
Correntes	(448.646)	(478.150)	(452.215)	(478.150)
Diferidos	29.619	10.379	29.438	7.018

(a) Corresponde a incentivos fiscais relacionados a Lei Rouanet, Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, Programa de Amparo ao Trabalhador - PAT e Lei do Esporte.

(b) Representado substancialmente por provisões para contingências e resultado de equivalência patrimonial, indedutíveis na apuração do lucro real e da base negativa da contribuição social.

## Notas Explicativas

### 26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Sociedade e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Sociedade e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo de risco.

#### a) Ativos e passivos financeiros:

Os ativos e passivos financeiros da Sociedade e de suas controladas são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber operacional, direitos a receber e obrigações a pagar de securitização no exterior, e contas a pagar a estabelecimentos e fornecedores. Em 30 de junho de 2011, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

	30.06.2011			
	Controladora		Consolidado	
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor de mercado</u>
Caixa e equivalentes de caixa	210.889	210.889	253.050	253.050
Contas a receber operacional	2.292.212	2.292.212	2.336.697	2.336.697
Fornecedores	180.558	180.558	230.296	230.296
Contas a pagar a estabelecimentos	1.559.742	1.559.742	1.559.742	1.559.742

O valor de mercado dos ativos financeiros e dos financiamentos de curto e longo prazos, quando aplicável, foi determinado utilizando taxas de juros correntes disponíveis para operações remanescentes, com condições e vencimentos similares.

#### b) Risco de crédito

A Sociedade dispõe de instrumento para mitigação de risco de crédito dos bancos emissores dos cartões bandeira VISA, com o intuito de proteger-se de eventual risco de “default” dessas instituições. Esse instrumento de proteção está respaldado na obrigação assumida pela bandeira VISA, conforme estabelecido no regulamento internacional, em garantir o repasse aos estabelecimentos afiliados à Sociedade de todas as vendas realizadas com os cartões VISA nas respectivas datas de vencimento, caso ocorra inadimplência de um determinado emissor. O modelo de garantia implementado pela bandeira VISA, em conjunto com a Sociedade, prevê a solicitação de garantias (reais ou bancárias) considerando o risco de crédito do emissor, os volumes das vendas realizadas com os cartões VISA e o risco residual da inadimplência dos portadores de cartões. O fornecimento das garantias é obrigatório para todos os emissores classificados com risco de crédito e os valores são revistos periodicamente pela bandeira VISA e pela Sociedade. Caso não sejam oferecidas as garantias solicitadas, o emissor não é aceito como membro do sistema ou perde essa condição.

## Notas Explicativas

A partir de 1º de julho de 2010 a Sociedade também passou a ser credenciadora no Brasil para a bandeira MASTERCARD, sendo o risco de crédito dos bancos emissores desses cartões garantido pela própria bandeira em caso de inadimplência desses bancos emissores para com a Sociedade. A bandeira MASTERCARD estabelece a necessidade de garantias, reais ou bancárias, para os bancos emissores participantes do sistema. Caso não sejam oferecidas as garantias solicitadas, o emissor não é aceito como membro do sistema ou perde essa condição.

Os sistemas das bandeiras VISA e MASTERCARD também preveem a possibilidade de que as transações efetuadas com cartões de crédito sejam contestadas pelos respectivos portadores, dentro de determinados prazos, contados da data de processamento da transação. Para tanto, a Sociedade firma contrato de afiliação com todos os estabelecimentos comerciais credenciados no qual estão definidas todas as regras para aceitação dos cartões no ponto de venda. Se ocorrerem contestações pelos portadores e o estabelecimento não mais estiver credenciado na data da reclamação ou não tiver valores a receber da Sociedade, será efetuada cobrança por meio de débito em conta corrente ou escritórios especializados na recuperação de créditos, existindo a possibilidade de perdas para a Sociedade.

Aos estabelecimentos credenciados que não mantêm sistemas próprios para a captura eletrônica de transações a Sociedade disponibiliza, mediante contrato de locação, o equipamento POS. O valor do aluguel é descontado, no seu vencimento, do montante das transações liquidadas pelos estabelecimentos. Entretanto, há a possibilidade de não recebimento do valor do aluguel na data de vencimento em razão da inexistência de saldos a serem pagos aos estabelecimentos. Nesses casos, a Sociedade faz a gestão da cobrança desses valores por meio de débito de vendas futuras, conta corrente ou recuperação através de escritórios especializados na recuperação de créditos, podendo haver perdas dos valores de aluguel.

### c) Risco de fraude

A Sociedade utiliza um sofisticado sistema antifraude no monitoramento das transações efetuadas com cartões de crédito e de débito, que aponta e identifica transações suspeitas de fraude no momento da autorização e envia um alerta ao banco emissor do cartão para que este contate o portador do cartão.

### d) Risco de taxa de câmbio

A Sociedade dispõe de operação de proteção contra oscilação de moedas, que consiste na pré-venda dos dólares norte-americanos a receber convertidos pela mesma taxa de câmbio, o que reduz significativamente eventuais riscos de exposição de oscilação da moeda.

Não existem operações significativas em moeda estrangeira que possam causar variações relevantes no resultado da Sociedade, em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os demais ativos e passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano.

**Notas Explicativas**

Em 30 de junho de 2011, a exposição líquida ao risco da taxa de câmbio em milhares de dólares norte-americanos é como segue:

	<u>Controladora e Consolidado</u>
Ativo:	
Caixa e bancos	937
Aplicações financeiras	<u>1.466</u>
	<u>2.403</u>
Passivo-	
Contas a pagar a estabelecimentos comerciais	<u>(2.277)</u>
	<u>(2.277)</u>
Posição comprada de dólares norte-americanos	<u>126</u>

## e) Risco de taxa de juros

Os resultados da Sociedade estão suscetíveis a variações significativas decorrentes das operações de aplicações financeiras contratadas a taxas de juros flutuantes.

De acordo com suas políticas financeiras, a Sociedade vem aplicando seus recursos em instituições financeiras de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

## f) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - aplicações financeiras

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Sociedade são afetados pelas variações na taxa de CDI. Em 30 de junho de 2011, estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de juros, haveria aumento ou redução das receitas financeiras de R\$1.692, R\$4.231 e R\$8.462, respectivamente. Esse montante foi calculado considerando o impacto de aumentos ou reduções hipotéticos nas taxas de juros sobre o saldo médio das aplicações financeiras em 2011.

## g) Derivativos

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2011 e de 2010, a Sociedade não manteve operações com instrumentos financeiros na forma de derivativos.

## h) Instrumentos financeiros por categoria

	Empréstimos e recebíveis			
	Controladora		Consolidado	
<u>Ativo</u>	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Caixa e equivalentes de caixa	210.889	221.542	253.050	250.603
Contas a receber operacional	2.292.212	2.192.915	2.336.697	2.210.282
Direitos a receber - securitização no exterior	-	42.983	-	42.983
Total	<u>2.503.101</u>	<u>2.457.440</u>	<u>2.589.747</u>	<u>2.503.868</u>

**Notas Explicativas**

<u>Passivo</u>	Outros passivos financeiros			
	Controladora		Consolidado	
	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Contas a pagar a estabelecimentos	1.559.742	1.168.440	1.559.742	1.168.440
Fornecedores	180.558	145.875	230.296	180.761
Obrigações a pagar - securitização no exterior	-	42.959	-	42.959
Total	<u>1.740.300</u>	<u>1.357.274</u>	<u>1.790.038</u>	<u>1.392.160</u>

**27. COMPROMISSOS**

A Sociedade tem como principais atividades os serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e de débito. Para viabilizar tais atividades, a Sociedade celebrou os seguintes contratos:

**a) Contratos de aluguel**

Em 30 de junho de 2011, com base nos contratos vigentes, são os seguintes os pagamentos anuais futuros estimados de aluguel:

<u>Ano</u>	
2011 (a partir de julho)	4.479
2012	9.674
2013	<u>10.448</u>
Total	<u>24.601</u>

A maioria dos contratos possui cláusula de multa rescisória, com caução de três aluguéis, podendo a devolução parcial ser negociada em cada caso.

**b) Fornecedores de telecomunicações, tecnologia e logística**

Em 30 de junho de 2011, com base nos contratos vigentes, os pagamentos futuros estimados de fornecedores de telecomunicações, tecnologia e logística são os seguintes:

<u>Ano</u>	
2011 (a partir de julho)	240.767
2012	520.885
2013	<u>562.555</u>
Total	<u>1.324.207</u>

Os contratos de captura e processamento de transações preveem multas rescisórias no valor total de R\$61.050. Para telecomunicações, os contratos variam conforme a demanda operacional, não sendo possível estabelecer um prazo médio, havendo uma multa rescisória média de R\$26. Os contratos de logística estão vigentes desde junho de 2007, com prazo mínimo de 12 meses, tendo como multa rescisória o valor de R\$10.438.

## Notas Explicativas

### c) Fianças bancárias

Em 30 de junho de 2011, com base nos contratos vigentes, as fianças bancárias contratadas apresentam as seguintes composições:

#### Modalidade

Garantia para recarga pessoal e multioperadora (\*) 400

(\*) Caução cedida à controlada Multidisplay por instituições financeiras para garantir os pagamentos dos contratos com as operadoras de telefonia celular (OI/TIM/VIVO).

## 28. PARTICIPAÇÃO DE COLABORADORES E ADMINISTRADORES NO LUCRO

A Sociedade e suas controladas concedem participação nos lucros a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício social.

Os valores de participação dos colaboradores e administradores no lucro dos semestres findos em 30 de junho de 2011 e de 2010 foram registrados na rubrica “Despesas de pessoal” na demonstração do resultado e estão apresentados como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.2011</u>	<u>30.06.2010</u>	<u>30.06.2011</u>	<u>30.06.2010</u>
Colaboradores	13.559	12.019	19.954	16.012
Administradores	<u>4.337</u>	<u>3.801</u>	<u>4.337</u>	<u>3.801</u>
Total	<u>17.896</u>	<u>15.820</u>	<u>24.291</u>	<u>19.813</u>

## 29. REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E EXECUTIVOS

	<u>30.06.2011</u>				
	<u>Consolidado</u>				
	<u>Remuneração</u>			<u>Outorga de opções</u>	
<u>Fixa</u>	<u>Variável</u>	<u>Total</u>	<u>Saldo de opções (a)</u>	<u>Preço do semestre (b)</u>	
Diretores estatutários	4.380	5.195	9.575	2.144.500	14,35
Conselho de Administração e Fiscal	<u>674</u>	<u>-</u>	<u>674</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>5.054</u>	<u>5.195</u>	<u>10.249</u>	<u>2.144.500</u>	<u>14,35</u>

(a) Refere-se à quantidade de opções outorgadas e não exercidas até 30 de junho de 2011.

(b) Refere-se ao preço médio ponderado do semestre das opções à época das outorgas.

A remuneração global anual dos administradores em 2011, fixada na Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2011, é de R\$20.000.

**Notas Explicativas****30. RESULTADO FINANCEIRO**

	Controladora		Consolidado	
	<u>30.06.2011</u>	<u>30.06.2010</u>	<u>30.06.2011</u>	<u>30.06.2010</u>
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	14.181	11.480	15.262	12.066
Juros sobre postergação de recebíveis	-	2.711	-	2.711
Juros de securitização no exterior	1.596	6.478	1.596	6.478
Reversão de multa e juros de contingências	-	9.806	-	9.806
Outras receitas financeiras	<u>66</u>	<u>78</u>	<u>380</u>	<u>350</u>
	<u>15.843</u>	<u>30.553</u>	<u>17.238</u>	<u>31.411</u>
Antecipação de recebíveis:				
Receita com antecipação de recebíveis (a)	258.512	170.351	258.512	170.351
Despesa de ajuste a valor presente (b)	<u>(5.272)</u>	<u>(24.485)</u>	<u>(5.272)</u>	<u>(24.485)</u>
	253.240	145.866	253.240	145.866
Variação cambial, líquida (c)	1.997	697	1.997	697
Despesas financeiras:				
Juros de securitização no exterior	(1.596)	(6.478)	(1.596)	(6.478)
Juros de mora e multas	(25)	(51)	(346)	(151)
Multas e juros de contingências	(1.469)	(1.407)	(1.678)	(7.689)
Juros sobre antecipação de intercâmbio	(27.272)	(5.240)	(27.272)	(5.240)
Outras despesas financeiras	<u>(3.740)</u>	<u>(1.557)</u>	<u>(3.764)</u>	<u>(1.614)</u>
	<u>(34.102)</u>	<u>(14.733)</u>	<u>(34.656)</u>	<u>(21.172)</u>
Total	<u>236.978</u>	<u>162.383</u>	<u>237.819</u>	<u>156.802</u>

- (a) A receita com antecipação de recebíveis no semestre findo em 30 de junho de 2011 é composta pela receita oriunda do volume, das transações negociadas durante o semestre findo naquela data.
- (b) Conforme descrito na nota explicativa nº 5.(a), o ajuste a valor presente registrado nas demonstrações financeiras consolidadas foi calculado sobre as operações de antecipações de recebíveis. As seguintes premissas foram adotadas no referido cálculo:
- As taxas de juros utilizadas foram aquelas contratadas nas operações e são de até 6,23% ao mês.
  - Os cálculos foram efetuados individualmente, descontando-se os fluxos de caixa de cada um dos recebíveis registrados.

A Administração da Sociedade reconheceu o ajuste a valor presente do saldo de contas a receber em virtude da materialidade dos valores objeto do ajuste, das taxas de juros contratadas e dos prazos das operações.

Mensalmente, a Administração revisa as premissas mencionadas e as variações são consignadas ao resultado do semestre/exercício.

- (c) Decorre basicamente dos valores recebidos em dólares norte-americanos da Visa International Service Association e da Mastercard Worldwide referentes a transações com cartões estrangeiros, de crédito e de débito, da operação de securitização no exterior e de ganhos e perdas em contas originalmente registradas em moeda estrangeira, representadas por receita no montante de R\$2.203 (R\$1.849 em 30 de junho de 2010) e despesa no montante de R\$206 (R\$1.152 em 30 de junho de 2010).

**Notas Explicativas****31. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS**

Estão representadas por:

	Controladora		Consolidado	
	<u>30.06.2011</u>	<u>30.06.2010</u>	<u>30.06.2011</u>	<u>30.06.2010</u>
Baixa de créditos incobráveis	(15.109)	(6.693)	(15.109)	(6.693)
Outras receitas líquidas	<u>4.372</u>	<u>2.078</u>	<u>2.922</u>	<u>3.293</u>
Total	<u>(10.737)</u>	<u>(4.615)</u>	<u>(12.187)</u>	<u>(3.400)</u>

**32. COBERTURA DE SEGUROS**

Em 30 de junho de 2011, a Sociedade mantém os seguintes contratos para cobertura de seguros:

<u>Modalidade</u>	<u>Importância segurada</u>
Responsabilidade civil e executivos	105.000
Riscos nomeados (incêndio, vendaval e fumaça, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, roubo e alagamento e inundação)	27.566
Lucros cessantes	10.100
Veículos	670
Outros seguros	2.030

**33. PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES**

Em 22 de setembro de 2008, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o plano de opção de compra de ações ordinárias de emissão da Sociedade. Esse plano foi ratificado pela Assembleia Geral Extraordinária de 1º de junho de 2009 e tem vigência de dez anos a partir da data da primeira outorga aos beneficiários.

Poderão ser outorgadas opções de compra de ações, de forma que a diluição do capital social não exceda, a qualquer tempo durante a vigência do plano, 0,3% ao ano. O prazo da opção é de até cinco anos contados da outorga aprovada pelo Conselho de Administração. Os beneficiários do plano serão definidos anualmente ou em periodicidade julgada conveniente pelo Conselho de Administração.

Em reuniões do Conselho de Administração de 1º de julho de 2009, 23 de setembro de 2009 e 6 de julho de 2010, foram aprovadas a primeira, segunda e terceira outorgas de opções de compra de ações ordinárias, respectivamente, conforme demonstrado no quadro a seguir, não havendo a opção de liquidação das opções em caixa.

Os beneficiários, nos termos do Plano e do Contrato de Outorga de Opção de Compra, poderão exercer a primeira parcela, equivalente a 1/3 do total das opções de compra a eles outorgadas, após um ano da data de outorga.

**Notas Explicativas**

Data de outorga	Quantidade de ações			Preço de exercício (R\$)	Prazo de carência	Valor justo das opções (R\$ por ação)
	Outorgadas	Canceladas	Saldo			
1º de julho de 2009	1.139.480	(97.160)	1.042.320	25,77	5 anos	9,65
23 de setembro de 2009	220.480	-	220.480	42,10	5 anos	11,37
6 de julho de 2010	<u>1.073.680</u>	<u>-</u>	<u>1.073.680</u>	39,70	5 anos	13,07
Total	<u>2.433.640</u>	<u>(97.160)</u>	<u>2.336.480</u>			

Para determinar o valor justo das opções pelo modelo de precificação Black & Scholes, a Sociedade utilizou as seguintes premissas econômicas:

	Outorga em		
	<u>Julho de 2009</u>	<u>Setembro de 2009</u>	<u>Julho de 2010</u>
“Dividend yield”	6,66%	6,66%	5,73%
Volatilidade do preço da ação	36,67%	36,67%	37,51%
Período esperado para o exercício	4 anos	4 anos	4 anos

O valor justo está sendo apropriado ao resultado do semestre e a contrapartida na reserva de capital de forma linear pelo prazo de até 36 meses. No semestre findo em 30 de junho de 2011 foi reconhecida despesa de R\$6.666 (R\$5.230 no semestre findo em 30 de junho de 2010), registrada na rubrica “Despesas de pessoal”, e foram exercidas 47.479 ações no valor de R\$327, sendo o total de opção de ações outorgadas registrado na rubrica “Reserva de capital” em 30 de junho de 2011 de R\$6.339 (R\$5.230 em 30 de junho de 2010).

**34. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR**

A Sociedade contribui mensalmente com o Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL (contribuição definida) para os colaboradores, tendo incorrido, no semestre findo em 30 de junho de 2011, em despesas de contribuições no montante de R\$3.010 (R\$2.538 no semestre findo em 30 de junho de 2010), contabilizadas nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas com pessoal” (no Consolidado).

**35. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Sociedade e autorizadas para emissão em 25 de julho de 2011.

## Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO (Posição em 30/06/2011)				
Acionista	Ações ordinárias		Total	
	Quantidade (unidades)	%	Quantidade (unidades)	%
<b>Controlador</b>	<b>312.789.348</b>	<b>57,2965%</b>	<b>312.789.348</b>	<b>57,2965%</b>
<b>Administradores</b>	<b>362</b>	<b>0,0001%</b>	<b>362</b>	<b>0,0001%</b>
Conselho de Administração	362	0,0001%	362	0,0001%
Diretoria	0	0,0000%	0	0,0000%
<b>Conselho Fiscal</b>	<b>0</b>	<b>0,0000%</b>	<b>0</b>	<b>0,0000%</b>
<b>Ações em Tesouraria</b>	<b>1.766.466</b>	<b>0,3236%</b>	<b>1.766.466</b>	<b>0,3236%</b>
<b>Outros Acionistas</b>	<b>231.357.343</b>	<b>42,3799%</b>	<b>231.357.343</b>	<b>42,3799%</b>
<b>Total</b>	<b>545.913.520</b>	<b>100,0000%</b>	<b>545.913.520</b>	<b>100,0000%</b>
<b>Ações em Circulação</b>	<b>231.357.343</b>	<b>42,3799%</b>	<b>231.357.343</b>	<b>42,3799%</b>

\*A Sociedade está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA (Posição em 30/06/2011)				
Acionistas	Ações ordinárias		Total	
	Quantidade (unidades)	%	Quantidade (unidades)	%
<b>Columbus Holding S.A.</b>	<b>156.394.655</b>	<b>28,65</b>	<b>156.394.655</b>	<b>28,6482</b>
<b>BB Banco de Investimento S.A.</b>	<b>156.394.694</b>	<b>28,65</b>	<b>156.394.694</b>	<b>28,6483</b>
<b>Capital Research and Management Company*</b>	<b>27.839.302</b>	<b>5,10</b>	<b>27.839.302</b>	<b>5,0996</b>
<b>Lazard Asset Management LLC*</b>	<b>58.674.709</b>	<b>10,75</b>	<b>58.674.709</b>	<b>10,7480</b>
<b>Outros Acionistas</b>	<b>144.843.695</b>	<b>26,53</b>	<b>144.843.695</b>	<b>26,5324</b>
<b>Tesouraria</b>	<b>1.766.466</b>	<b>0,32</b>	<b>1.766.466</b>	<b>0,3236</b>
<b>Total</b>	<b>545.913.520</b>	<b>100,0000</b>	<b>545.913.520</b>	<b>100,0000</b>

\*Empresas sediadas nos Estados Unidos. As participações são referentes a fundos geridos ou carteiras administradas pelas empresas.

## Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA) ATÉ O NÍVEL DA PESSOA FÍSICA (Posição em 30/06/2011)						
Columbus Holding S.A.	Ações ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade (unidades)	%	Quantidade (unidades)	%	Quantidade (unidades)	%
Banco Bradesco S.A.	535.796.738	100,0000	-	-	535.796.738	100,0000
<b>Total</b>	<b>535.796.738</b>	<b>100,0000</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>535.796.738</b>	<b>100,0000</b>
<b>Banco Bradesco S.A.</b>	<b>Quantidade (unidades)</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade (unidades)</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade (unidades)</b>	<b>%</b>
Fundação Bradesco	264.933.000	15,4600	15.453.000	0,9000	280.386.000	8,1800
CIDADE DE DEUS CIAL DE PARTICIPAÇÕES	740.086.000	43,1900	374.000	0,0200	740.460.000	21,6100
Outros	708.524.000	41,3500	1.697.716.000	99,0800	2.406.240.000	70,2100
<b>Total</b>	<b>1.713.543.000</b>	<b>100,0000</b>	<b>1.713.543.000</b>	<b>100,0000</b>	<b>3.427.086.000</b>	<b>100,0000</b>
<b>CIDADE DE DEUS CIAL DE PARTICIPAÇÕES</b>	<b>Quantidade (unidades)</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade (unidades)</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade (unidades)</b>	<b>%</b>
Lina Maria Aguiar	525.937.212.000	8,5100	-	-	525.937.212.000	8,5100
Lia Maria Aguiar	433.176.868.000	7,0100	-	-	433.176.868.000	7,0100
NOVA CIDADE DE DEUS PARTICIPAÇÕES S.A.	2.774.898.354.000	44,9100	-	-	2.774.898.354.000	44,9100
Fundação Bradesco	2.051.683.315.000	33,2000	-	-	2.051.683.315.000	33,2000
Outros	393.748.835.000	6,3700	-	-	393.748.835.000	6,3700
<b>Total</b>	<b>6.179.444.584.000</b>	<b>100,0000</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.179.444.584.000</b>	<b>100,0000</b>

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA) ATÉ O NÍVEL DA PESSOA FÍSICA (Posição em 30/06/2011)						
BB Banco de Investimento S.A.	Ações ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade (unidades)	%	Quantidade (unidades)	%	Quantidade (unidades)	%
Banco do Brasil S.A.	3.249.378	100,0000	-	-	3.249.378	100,0000
<b>Total</b>	<b>3.249.378</b>	<b>100,0000</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.249.378</b>	<b>100,0000</b>
<b>Banco do Brasil S.A.</b>	<b>Quantidade (unidades)</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade (unidades)</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade (unidades)</b>	<b>%</b>
Fundo de Investimento Caixa Garantia Construção Naval Multimercado	45.000.000	1,8000	-	-	45.000.000	1,8000
Fundo Garantidor para Investimentos	7.500.000	0,3000	-	-	7.500.000	0,3000
Fundo de Investimento Caixa FGH ab Multimercado	1.675.000	0,1000	-	-	1.675.000	0,1000
Secretaria do Tesouro Nacional	1.333.734.063	51,9000	-	-	1.333.734.063	51,9000
Fundo Garantidor à Exportação	229.400.000	8,9000	-	-	229.400.000	8,9000
Fundo Garantidor das Parcerias Público Privadas	60.000.000	2,2700	-	-	60.000.000	2,2700
Outros	892.560.488	34,7300	-	-	892.560.488	34,7300
<b>Total</b>	<b>2.569.869.551</b>	<b>100,0000</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.569.869.551</b>	<b>100,0000</b>

# **Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva - Sem Ressalva - Sem Ressalva - Sem Ressalva**

## **RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos Acionistas e Administradores da  
Cielo S.A.  
Barueri - SP

### **Introdução**

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Cielo S.A. ("Sociedade") e de suas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2011, que compreendem os balanços patrimoniais e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e a IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações intermediárias individuais**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas Informações Trimestrais - ITR anteriormente referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21, aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

### **Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais - ITR anteriormente referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e a IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

### **Outros assuntos**

#### **Demonstrações intermediárias do valor adicionado**

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias individual e consolidada do valor adicionado ("DVA"), referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não estão adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

tomadas em conjunto.

São Paulo, 25 de julho de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ismar de Moura  
Contador  
CRC nº 1 SP 179631/O-2

## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

“Aos Senhores Acionistas da Cielo S.A.

Os membros do Conselho Fiscal, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, acompanharam através de relatórios periódicos a gestão econômico-financeira da Cielo S.A., e por ocasião da reunião realizada na presente data, procederam ao exame das demonstrações financeiras referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2011. Com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Administração e parecer emitido pelos auditores independentes da Deloitte Touche Tohmatsu concluíram que as referidas demonstrações financeiras, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentadas e recomendam sua aprovação pelos Senhores, quando da Assembleia Geral Ordinária.”

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2011.

Barueri, 25 de julho de 2011.

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

### **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES**

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2011.

Barueri, 25 de julho de 2011.